

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

GISELE SALVAGNI

**MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN E O DESENVOLVIMENTO
BRASILEIRO**

**Porto Alegre
2010**

GISELE SALVAGNI

**MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN E O DESENVOLVIMENTO
BRASILEIRO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Pedro C. Dutra Fonseca

Porto Alegre

2010

GISELE SALVAGNI

**MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN E O DESENVOLVIMENTO
BRASILEIRO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: Porto Alegre, ____ de _____ de 2010.

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca - orientador

UFRGS

Profa. Dra. Maria Heloisa Lenz

UFRGS

Prof. Dr. Hermógenes Saviani Filho

UFRGS

Dedico este trabalho a meus pais, não somente pelo exemplo de força e caráter, mas também pelo amor, incentivo e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Pedro C. D. Fonseca, pelo conhecimento e aconselhamentos;

Agradeço a meus colegas e todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

Este estudo apresenta a visão de Mário Henrique Simonsen em relação ao desenvolvimento brasileiro. Através da literatura sobre o autor foi possível identificar quais foram suas principais contribuições para a economia do país. E, através do estudo de suas obras, averiguou-se seu posicionamento quanto aos rumos do desenvolvimento brasileiro. Como principais contribuições de Simonsen à Ciência Econômica e à economia brasileira têm-se: os estudos sobre a inflação, especialmente a teoria sobre seus determinantes, as considerações sobre a correção monetária, a curva do salário real, a aplicação de políticas de renda como forma de estabilização decorrente da crítica às expectativas racionais; a regra do endividamento prudencial; e as considerações sobre a concorrência. Em relação ao processo de desenvolvimento brasileiro, Simonsen apontou, a partir de 1965, alguns desafios para alcançar o mesmo, quais sejam, o aumento no nível de poupança interna; a melhoria quantitativa e qualitativa da educação e da tecnologia; a contenção da explosão demográfica; a distribuição de renda por meio de mecanismos indiretos; o estímulo às exportações; o apoio à empresa nacional; a eliminação da inflação; e a necessidade de maior racionalidade econômica e administrativa.

Palavras-chave: Mário Henrique Simonsen. Desenvolvimento econômico. Industrialização brasileira.

ABSTRACT

This study presents the Mário Henrique Simonsen's view about the Brazilian development. The literature about the author allows the identification of his main contributions to the country's economy. Moreover, the study of his bibliography allows the inquiry of his position about the direction of the Brazilian development. Simonsen's main contributions to Economics and to Brazilian economy pass through the studies on inflation, especially the theory about its three causes, the considerations about the monetary correction, the real wage curve, the application of income policies as a stabilization way due to the rational expectations critique; the rule of prudential indebtedness; and the considerations about competition. In relation to the Brazilian development process, Simonsen indicated, from 1965 on, some challenges to catch it, such as the increase of domestic savings level; the improvement – quantitative and qualitative – of education and technology; the containment of the demographic explosion; the distribution of income by indirect procedures; the incentive to exportation; the support to national companies; the elimination of high rates of inflation; and the necessity of more economic and managerial rationality.

Key-words: Mário Henrique Simonsen. Economic development. Brazilian industrialization.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	O DEBATE HISTÓRICO SOBRE O DESENVIMENTO	12
2.1	A CORRENTE NEOLIBERAL	12
2.2	A CORRENTE DESENVOLVIMENTISTA	14
2.2.1	<i>Desenvolvimentistas do setor privado</i>	14
2.2.2	<i>Desenvolvimentistas do setor público – nacionalistas</i>	15
2.2.1	<i>Desenvolvimentistas do setor público – não nacionalistas</i>	16
2.3	A CORRENTE SOCIALISTA	17
2.4	O PENSAMENTO INDEPENDENTE DE INÁCIO RANGEL	18
3	A LITERATURA SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DE SIMONSEN	20
3.1	A INFLAÇÃO	20
3.1.1	<i>A teoria dos três determinantes da inflação</i>	22
3.1.1.1	<i>A correção monetária</i>	26
3.1.2	<i>A “curva de Simonsen”</i>	29
3.1.3	<i>As políticas de renda</i>	30
3.1.3.1	<i>A crítica às expectativas racionais</i>	33
3.2	A REGRA DE ENDIVIDAMENTO PRUDENCIAL	35
3.3	CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONCORRÊNCIA	38
4	SIMONSEN E O DESENVOLVIMENTO	41
4.1	A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO	41
4.2	OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO	43
4.2.1	<i>Poupança</i>	43
4.2.2	<i>Educação e tecnologia</i>	45
4.2.3	<i>Explosão demográfica</i>	48
4.2.4	<i>Distribuição de renda</i>	49
4.2.5	<i>Exportações</i>	51
4.2.6	<i>Estrutura da empresa</i>	54
4.2.7	<i>Inflação</i>	56

4.2.8	<i>Racionalidade econômica e administrativa</i>	58
4.3	PREVISÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO NO ANO 2000	59
4.3.1	<i>Previsões do Hudson Institute</i>	60
4.3.2	<i>Previsões de Simonsen</i>	61
4.3.3	<i>Constatações</i>	61
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
	REFERÊNCIAS	65

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho destina-se a apresentar as contribuições de Mário Henrique Simonsen para a economia brasileira, dando especial destaque no que se refere ao desenvolvimento econômico. O tema em evidência tem seu fundamento no fato de que, embora o autor tenha apresentado estudos representativos sobre o mesmo, seu nome é lembrado essencialmente no que se refere à inflação e a políticas de estabilização.

Mário Henrique Simonsen graduou-se, inicialmente, em Engenharia Civil, em 1956. Após especializar-se em Engenharia Econômica, graduou-se em Economia, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1973, obteve o título de Doutor pela Fundação Getúlio Vargas, cuja tese resultou no livro “Inflação: gradualismo x tratamento de choque”. Nessa última instituição, Simonsen passou a maior parte de sua vida acadêmica.

Em paralelo à atividade acadêmica, Simonsen exerceu uma série de atividades, tanto no serviço público quanto no setor privado. Ainda em 1964, o autor atuou como consultor informal de Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões na formulação do Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG. Durante o governo Médici (1969/1974) foi presidente do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL. No governo Geisel (1974/1979), Simonsen foi Ministro da Fazenda e, no início do governo Figueiredo (1979), Ministro do Planejamento. No setor privado, destaca-se sua atuação como vice-presidente do Banco Bozano-Simonsen, bem como sua participação em conselhos administrativos de empresas como o Citicorp, a Mercedes Benz do Brasil, a Xerox e a Coca-Cola.

O termo “desenvolvimento econômico”, para o autor, corresponde ao crescimento do produto real *per capita* (BIDERMAN, 1997, p. 198). No entanto, não deixa de lado as preocupações sobre a extensão dos benefícios do progresso econômico a todas as camadas sociais. O aumento da renda *per capita* seria, desta forma, a condição necessária à melhoria do bem-estar da sociedade.

A análise do pensamento do autor em relação ao desenvolvimento econômico brasileiro requer, inicialmente, que se enfoque o debate sobre o tema verificado antes de 1964, época na qual o mesmo começara seus trabalhos sobre economia. Essa discussão teve início

nas transformações da economia brasileira verificadas no início da década de 1930 e estendidas até a década de 1950, quando o Brasil se tornou uma economia industrializada, no sentido de que a indústria era a responsável por liderar o crescimento da economia.

As correntes teóricas responsáveis por esse debate eram a neoliberal, a desenvolvimentista, a socialista e a “teoria independente” de Inácio Rangel, conforme tipificação de Bielschowsky (2000). Os principais temas controversos a respeito da industrialização eram o apoio financeiro interno ao investimento, o tratamento ao capital estrangeiro, a posição da empresa estatal, a utilização de planejamento, a adoção de medidas protecionistas, o tratamento ao déficit externo, a inflação, a distribuição de renda e a reforma agrária.

Para que se identifique Mário Henrique Simonsen em uma das correntes teóricas, é necessário que se analise suas principais contribuições. Sua obra é abrangente e complexa, compreendendo elementos tanto micro quanto macroeconômicos. Como regra, irá se considerar como principais contribuições de Simonsen à economia brasileira os pontos da obra do autor já lembrados pela literatura. A inflação é o tema mais abordado, compreendendo o estudo sobre os seus determinantes, bem como a correção monetária, a “curva de Simonsen”, o papel das políticas de renda e a aplicação da teoria das expectativas racionais. As outras contribuições referem-se à regra do endividamento externo prudencial e as considerações sobre a concorrência.

Por fim, aborda-se a literatura do autor sobre o desenvolvimento brasileiro. Seus estudos a respeito desse tema tiveram como ponto de partida as projeções especulativas do *Hudson Institute* a respeito do ano de 2000, que mostravam empobrecimento do Brasil, através da queda da renda per capita. Com o livro “Brasil 2001”, de 1969, Simonsen tentou, então, apresentar algumas medidas a serem tomadas a fim de evitar a concretização das estimativas.

As análises a respeito do tema continuam, especialmente, em “Brasil 2002” (1972) e em “A nova economia brasileira” (1976). A metodologia utilizada se repete: após apresentar o padrão de desenvolvimento brasileiro no período de 1920 a 1967/68, Simonsen apresenta os pontos de estrangulamento verificados no mesmo, bem como os problemas a serem enfrentados pela nova administração. Nesse trabalho, também será seguida essa ordem. Ao

final, são contrastadas as previsões do *Hudson Institute* com as do autor e, ainda, estas serão comparadas com os efetivos dados sobre os níveis de renda per capita do ano 2000.

Com este trabalho espera-se, portanto, mostrar que os apontamentos de Simonsen a respeito dos problemas que deveriam ser enfrentados para desenvolver a economia brasileira foram de extrema importância e consistência.

2 O DEBATE HISTÓRICO SOBRE O DESENVIMENTO

As transformações da economia brasileira a partir da década de 1930, que culminaram, na década de 1950, com a indústria sendo responsável por liderar o progresso econômico, resultaram num grande debate sobre o processo de desenvolvimento do país. A seguir, são apresentados os aspectos mais marcantes das correntes que protagonizavam a discussão sobre o referido tema, quais sejam, a neoliberal, a desenvolvimentista e a socialista, além do “pensamento independente” de Inácio Rangel, no período decorrido até 1964. Pode-se verificar, assim, o cenário de idéias com que Mário Henrique Simonsen se defrontou quando começou a escrever sobre economia.

2.1 A CORRENTE NEOLIBERAL

O pensamento liberal era o hegemônico no Brasil no período anterior a 1930. O princípio básico dessa corrente era a autorregulação do mercado. Embora antes de 1930 já houvesse críticas ao liberalismo e o governo frequentemente realizasse intervenções na economia como as “salvações” ao café, foi a partir da crise de 1929 que surgiu o pensamento neoliberal, que se caracteriza, no Brasil, de acordo com a classificação de Bielschowsky (2000), como a corrente liberal aceitando o Estado também como agente regulador da economia, embora de forma leve¹. A interpretação era de que havia “necessidade de alguma intervenção estatal saneadora de imperfeições de mercado, que, segundo reconheciam, afetavam economias subdesenvolvidas como a brasileira” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 37).

A corrente neoliberal era composta por economistas como Eugênio Gudin, Octávio Gouveia de Bulhões, Dênio Nogueira e Daniel de Carvalho. Compunham o chamado grupo “Gudin-Bulhões”. A Fundação Getúlio Vargas² era o principal núcleo de atividades desta corrente, tendo, assim, como principal órgão de divulgação a Revista Brasileira de Economia.

¹ Esta é a caracterização do termo “neo”, para Bielschowsky.

² Em 1965, Mário Henrique Simonsen torna-se diretor da recém-criada, também com sua participação, EPGE – Escola de Pós-Graduação em Economia, cargo no qual permaneceu por 9 anos. Mesmo com sua saída do posto, não se desvinculou da faculdade (BIDERMAN, *et al.*, 1997).

Apesar das divergências entre os economistas desta corrente, que tinham nas teorias clássica e neoclássica seus pressupostos básicos, podem-se citar as seguintes idéias essenciais:

a) eram partidários do princípio de redução da intervenção do Estado na economia brasileira; b) manifestavam-se continuamente a favor de políticas de equilíbrio monetário e financeiro, evitando a discussão dos seus efeitos sobre o nível de renda e emprego; e c) não propunham medidas de suporte ao projeto de industrialização e eram frequentemente contrários a essas medidas. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 37-38)

O economista Eugênio Gudín foi o mais importante desta corrente teórica. Também era o mais “radical”. Para Gudín, o desenvolvimento era um processo resultante das livres forças do mercado, não dependendo, no caso do Brasil, da industrialização. Defendia o aumento da produtividade na agricultura, pois a baixa produtividade era responsável pelo subdesenvolvimento brasileiro, criando “a ilusão de que a especialização agrícola é a causa da pobreza” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 54). A industrialização seria alcançada, mas de forma lenta e gradual, na medida em que trabalhadores do campo, em função do aumento da produtividade, fossem liberados para atuar nas indústrias.

Ao Estado seriam delegadas funções como o controle do comércio exterior, dadas as características intrínsecas à oferta e demanda dos produtos agrícolas, apoio à educação, saúde e assistência técnica à agricultura. A responsabilidade pela oferta de infra-estrutura deveria ser delegada ao setor privado, com apoio do capital estrangeiro.

Borges (1997) apresenta a posição de Gudín no embate entre agricultura e industrialização, que corresponde também ao contraste entre mercado e planejamento, respectivamente. Ressalta a idéia do autor de que, ao se realocar os trabalhadores da agricultura para a indústria, o primeiro setor fica carente de recursos e, portanto, com produção insuficiente. Desta forma, a industrialização com proteção do Estado representaria apenas exacerbação nacionalista.

2.2 A CORRENTE DESENVOLVIMENTISTA

A corrente desenvolvimentista era composta por três subcorrentes: a do setor privado e as do setor público – desenvolvimentista nacionalista e desenvolvimentista não nacionalista. Os posicionamentos dessas subcorrentes eram dependentes da área de atuação profissional dos seus componentes, ou seja, dos compromissos assumidos pelos mesmos.

O pensamento desenvolvimentista foi a base ideológica dos projetos de industrialização no Brasil. Está fortemente ligado aos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Na verdade, não era apenas uma corrente econômica, mas sim uma linha de ação dos governos, ao tentar superar a situação subordinada no contexto internacional, bem como a pobreza e a má distribuição de renda. Além da defesa da industrialização, era ponto em comum dos desenvolvimentistas a defesa do intervencionismo, do planejamento e do nacionalismo.

De acordo com Bielschowsky (2000, p. 77), os desenvolvimentistas tinham como ponto em comum o projeto de “formar um capitalismo industrial moderno no país”, além da “perspectiva comum de que, para isso, era necessário planejar a economia e proceder a distintas formas de intervenção governamental”.

Nas seções a seguir, são apresentadas as diferenças entre as subcorrentes desenvolvimentistas.

2.2.1 *Desenvolvimentistas do setor privado*

Essa corrente era formada por economistas como Roberto Simonsen, João Paulo de Almeida Magalhães e Nuno Fidelino de Figueiredo. Seus principais núcleos de atuação eram a Confederação Nacional da Indústria (CNI)³ e a Federação das Indústrias do Estado de São

³ Mário Henrique Simonsen teve passagem por este órgão, na década de 1950, vindo a ser diretor do Departamento Econômico da CNI em 1961 (BIDERMAN, *et al.*, 1997).

Paulo (FIESP) e, como principais veículos de divulgação, as revistas “Estudos Econômicos” e “Desenvolvimento e Conjuntura”.

Tendo como base teórica as idéias de Keynes e Prebisch, o grupo de empresários tinha por objetivo a montagem de uma estrutura industrial moderna, a exemplo das economias capitalistas maduras. Para tal, defendiam a substituição de importações, o protecionismo e o crédito abundante e barato, ou seja, proteção estatal ao capital privado nacional e crédito à produção como instrumento ao investimento.

Outro aspecto defendido por esta corrente, especialmente por Almeida Magalhães, é a tese da “poupança forçada”, correspondente à inflação absorvida pelo setor privado, que estimularia novos investimentos. De acordo com Souza (s.d.), os desenvolvimentistas do setor privado acreditavam que um certo nível de alta no nível geral dos preços favoreceria o desenvolvimento. Isso se deve ao fato de que, com determinado grau de inflação e a manutenção de salários nominais constantes, ocorre redução dos salários reais e, desta forma, a “poupança forçada”.

2.2.2 Desenvolvimentistas do setor público - nacionalistas

Esta corrente era formada por economistas como Roberto Simonsen, Celso Furtado, Rômulo de Almeida, Américo Barbosa de Oliveira e Evaldo Correia Lima. Atuavam em órgãos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), além de alguns terem feito parte da assessoria econômica de Getúlio Vargas. Os principais meios de divulgação das suas idéias eram as revistas “Estudos Econômicos” e “Revista Econômica Brasileira”. A base teórica desta corrente também advinha de Keynes e Prebisch.

Defendiam a industrialização com participação do Estado, “através de políticas de apoio à industrialização, integradas, na medida do possível, num sistema de planejamento abrangente e incluindo investimentos estatais em setores básicos” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 127). Também acreditavam que a política econômica deveria estar subordinada à política

de desenvolvimento econômico e, ainda, apresentavam preocupações de ordem social, defendendo políticas econômicas aplicadas neste quadro.

Furtado, o maior expoente desta corrente, argumentava que o subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo e não uma etapa pela qual tenham passado as economias já desenvolvidas. A característica do subdesenvolvimento no Brasil é a dualidade das estruturas econômicas, resultante de uma das formas de expansão das economias desenvolvidas. Ou seja, parte das estruturas tendia a organizar-se de acordo com o modo de produção capitalista e, outra parte, conservava-se dentro das estruturas arcaicas de produção.

Conforme ressaltado por Sachs (2001, p. 46), a condição de subdesenvolvimento apresentada por Furtado não se trata de atraso em relação às economias avançadas, mas sim uma “condição de assimetria estrutural nas relações da periferia não-industrializada do mundo capitalista com o seu centro”. Conclui, ainda, que a superação do subdesenvolvimento, na concepção de Furtado, “somente se daria através de um processo de rápida industrialização, planejado e conduzido pelo Estado, e conjugado com a reforma agrária”. Nesse sentido, Furtado foi um dos grandes defensores do processo de substituição de importações, conduzido pelo Estado.

2.2.1 Desenvolvimentistas do setor público – não nacionalistas

Os desenvolvimentistas não nacionalistas do setor público eram representados por economistas como Roberto Campos, Ary Torres, Lucas Lopes e Glycon de Paiva. Sua atuação se dava em órgãos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Os principais meios de divulgação das suas idéias eram as revistas “Revista Econômica Brasileira” e “Digesto Econômico”.

A denominação desta corrente, de acordo com Bielschowsky (2000), se dá pelo fato de que os seus componentes acreditavam que o capital estrangeiro poderia ter participação no processo de industrialização brasileiro, ao contrário dos demais economistas do setor público.

Além disso, eram favoráveis ao planejamento parcial e à atuação do Estado apenas em áreas onde a iniciativa privada não teria condições de atuar com maior eficiência, como no caso de infra-estrutura e mineração. O planejamento parcial seria de mais fácil execução e controle. Através dele, seria possível transformar “pontos de estrangulamento” em “pontos de germinação”. Souza (s.d) apresenta como exemplo de “ponto de germinação” a indústria automobilística que, através de investimentos correlatos, desenvolveu o setor de autopeças e outras atividades.

2.3 A CORRENTE SOCIALISTA

A corrente socialista era composta por economistas vinculados ao Partido Comunista, como Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães e Aristóteles Moura. Estes não analisavam a economia brasileira com base nos instrumentos da teoria econômica convencional, mas divulgavam textos de natureza teórica e didática.

A base teórica utilizada por essa corrente era o materialismo histórico, e não a teoria econômica marxista. Segundo Bielschowsky (2000, p. 183):

Encontravam-se, nos textos dos socialistas, conceitos marxistas como o de mais-valia ou de concentração e centralização de capitais. O contexto em que são usados tinha, porém, uma remota relação com o âmbito analítico próprio da teoria econômica marxista, isto é, o âmbito da análise econômica da acumulação de capital e das contradições que a acumulação engendra.

Partindo desse referencial teórico (materialismo histórico), identificavam duas contradições que impediam o desenvolvimento do socialismo: uma interna, o monopólio da terra, e outra externa, o imperialismo. Desta forma, “toda a sua reflexão se fazia da perspectiva revolucionária discutida e definida pelo Partido Comunista Brasileiro” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 182).

Para estes economistas, a industrialização planejada, através da empresa estatal, era a forma de viabilizar o processo de transição do capitalismo para o socialismo. Além disso, eram enfaticamente a favor da reforma agrária, pois a agricultura brasileira ainda era feudal, sendo necessário transformar as relações no meio rural para promover o desenvolvimento.

Estas posições, no entanto, conforme ressaltado por Iannone (2005), traduziam mais a preocupação com o posicionamento político do que com o econômico.

2.4 O PENSAMENTO INDEPENDENTE DE INÁCIO RANGEL

Sua teoria a respeito do desenvolvimento econômico brasileiro mistura elementos marxistas com elementos das teorias de Smith e Keynes, sempre considerando o materialismo histórico. Sua base principal está na tese da dualidade.

A dualidade surgira, segundo Rangel, da circunstância de que o desenvolvimento brasileiro se dera como complemento das economias desenvolvidas. No momento em que esse desenvolvimento passa a ser regido por uma dinâmica interna, baseada na produção industrial para o mercado doméstico, a base para a existência da dualidade estaria desmoronando, e a lei da dualidade passava a perder a validade. A etapa em curso corresponderia ao final de um modo de ser próprio do Brasil. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 216)

Para Bresser-Pereira e Rego (1998, p. 25), a tese da dualidade não é apenas uma explicação sobre a dinâmica de funcionamento da esfera econômica brasileira, mas também compreende “outras esferas da realidade social, concebida como uma totalidade histórico-estrutural, que tenta dar conta da especificidade da economia e da sociedade brasileiras, que possui um setor capitalista e outro pré-capitalista”.

A dualidade reside no fato de que as forças que movem a economia, a política e a sociedade brasileira como um todo não dependem apenas de fatores internos, mas também das relações que o país mantém com as economias avançadas. Ou seja, o desenvolvimento da economia brasileira dependia das relações que o país possuía com o exterior. Ainda, pode-se dizer que a dualidade da economia brasileira representava a evolução do conflito entre os setores moderno e atrasado, sendo o primeiro característico do setor externo e, o último, do setor interno.

Na história do Brasil, são verificadas as seguintes dualidades, as quais estão situadas nas relações de produção (“pólo interno” ou e “pólo externo”):

- a) no primeiro quartel do século XIX, surgira a primeira dualidade: no “pólo interno” das relações de produção tem-se o escravismo e, no “pólo externo”, tem-se o capitalismo mercantil;
- b) na segunda metade do século XIX, após a abolição da escravidão, tem-se a segunda dualidade: no “pólo interno” forma-se o latifúndio feudal e, no “pólo externo”, tem-se ainda o capitalismo mercantil, criando traços de capitalismo industrial;
- c) a partir da depressão da década de 1930, verifica-se a terceira dualidade: no “pólo interno” forma-se a indústria, ao lado do latifúndio feudal preexistente e, no “pólo externo”, tem-se a nova formação do capitalismo industrial.

As dualidades da economia brasileira se refletiam no Estado e nas relações de poder que se formavam em torno do mesmo. Como consequência da última dualidade, o Estado passaria a assumir as funções do capitalismo mercantil, ao controlar, por exemplo, o comércio com o exterior através da fixação do câmbio.

A partir do momento em que o latifúndio feudal se aproxima da unidade capitalista, que produz para o mercado interno, ficava mais próxima a última fase da dualidade da economia brasileira. Esta última fase seria a conversão do capitalismo privado em capitalismo de Estado, ou seja, o socialismo.

Para que se chegasse ao socialismo, Rangel defendia a industrialização planejada, apoiada por empreendimentos estatais, bem como a substituição de importações, o protecionismo e a reforma agrária.

Assim, para Inácio Rangel, o desenvolvimento da economia brasileira, através de suas dualidades, bem como através das medidas citadas no parágrafo anterior, teria como objetivo a transição para o socialismo.

3 A LITERATURA SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DE SIMONSEN

Mário Henrique Simonsen possui uma obra muito abrangente, compreendendo estudos tanto micro quanto macroeconômicos. Outra característica é a impossibilidade de poder classificá-la como pertencente a uma única corrente teórica. Embora tivesse visão mais vinculada aos neoclássicos, apresentados no capítulo anterior, Simonsen não ficava preso aos seus preceitos. Conforme se verificará adiante, o autor incorporou inclusive elementos heterodoxos aos seus estudos. Após sua morte, alguns autores se dedicaram a escrever sobre as contribuições de Simonsen para a economia brasileira, as quais serão apresentadas a seguir.

3.1 A INFLAÇÃO

Os dados sobre a inflação brasileira mostram que houve elevação significativa a partir de 1959, embora tenha apresentado taxas consideráveis desde 1939⁴.

O ano de 1964 é o ponto de partida do estudo mais aprofundado de Simonsen sobre a inflação, pois a partir de março/1964 entram em vigor medidas mais efetivas de estabilização. Antes disso, porém, o debate a respeito da inflação brasileira travava-se, fundamentalmente, entre as correntes “monetarista” e “estruturalista”.

A corrente monetarista, com base na teoria quantitativa da moeda, atribuía a inflação à emissão monetária descontrolada, já que supõe uma relação de proporcionalidade entre a demanda do meio circulante e o produto nacional. Para Eugênio Gudín, o maior expoente “monetarista”, a inflação é causada pelo excesso de demanda, ocasionado por erros de política monetária. Segundo Bielschowsky (2000), Gudín não era defensor da pura teoria quantitativa da moeda para explicar a inflação brasileira. Aceitava o fato de que o Brasil era mais vulnerável à inflação do que os países desenvolvidos, já que o país dependia mais dos preços dos produtos primários, dada sua demanda inelástica. Para acabar com a inflação, defendia o

⁴ Dados apresentados por Simonsen (1969, p. 121-122).

ataque a “suas causas primordiais, ou seja, os déficits públicos, a expansão creditícia e as elevações salariais” (BIELSCHWSKY, 2000, p. 70).

Para os estruturalistas, a inflação não seria um fenômeno puramente monetário. A inflação seria explicada pelos desajustes e tensões econômicas e sociais que surgem no processo de desenvolvimento econômico dos países latino-americanos, tais como: a insuficiência da oferta agrícola para o mercado interno, fruto da rigidez da produção devida ao arcaísmo das relações de propriedade; os pontos de estrangulamento em setores estratégicos à expansão industrial, resultantes de fraqueza estrutural, carente de investimentos públicos; e os estrangulamentos na capacidade de importar. A eliminação da inflação, dessa forma, dar-se-ia pela superação do subdesenvolvimento. Isso seria alcançado “de modo mais rápido pelo planejamento global e setorial. Este aumentaria a eficiência da industrialização, ao eliminar os estrangulamentos decorrentes da heterogeneidade e rigidez estruturais” (SOUZA, s.d., p. 8).

Simonsen acreditava que o processo inflacionário no Brasil tinha como raiz sócio-política as tentativas de distribuir o produto nacional em partes cuja soma era superior ao todo. Essa interpretação também era aplicada aos países desenvolvidos em geral, onde a população, geralmente com baixo nível de renda *per capita*, teria o desejo de aumentar seu patamar de consumo. O governo, por sua vez, por motivos diversos, como ignorância ou estratégia, cede às pressões, desenvolvendo uma política de incompatibilidade distributiva⁵.

Seus estudos iniciam pela proposição segundo a qual as teorias até então vigentes não eram capazes de explicar por completo a inflação brasileira. A visão monetarista, que atribui a inflação ao descontrole da expansão monetária, explicaria apenas um dos aspectos da inflação brasileira. A visão estruturalista, que atribui a inflação ao próprio crescimento econômico e às consequentes alterações de preços relativos, “depende de que uma alta ocasional de preços eleve permanentemente o patamar inflacionário” (SIMONSEN, 1985, p. 16). Para Simonsen, os efeitos do comércio exterior, da agricultura ou da substituição de importações gerariam apenas uma leve inflação, não explicando o processo inflacionário violento que se verificou.

Mais do que diagnosticar a inflação, Simonsen tinha o interesse de estudar políticas que fossem capazes de debelá-la, com os menores efeitos colaterais possíveis:

⁵ O conflito distributivo, no entanto, não era uma explicação para a inflação, pois traduz apenas um problema político, e não econômico (BIDERMAN, *et al.*, 1997).

O ponto central da discussão deve colocar-se noutros termos: qual o melhor conjunto de políticas para derrubar a inflação, ou para impedir que choques adversos de oferta provoquem altas permanentes do patamar inflacionário? A pergunta é essencial, pois o combate à inflação não é o objetivo exclusivo da política econômica. Se o custo for uma recessão insuportável, ainda que temporária, é muito provável que o governo acabe desistindo, ou pelo menos postergando a política antiinflacionária. Em suma, o verdadeiro problema não é apenas combater a inflação, mas combatê-la com um mínimo de efeitos colaterais sobre a produção e o emprego. [...] (SIMONSEN, 1985, p. 16)

Nos tópicos a seguir, são apresentados os estudos mais importantes de Simonsen a respeito da inflação brasileira.

3.1.1 A teoria dos três determinantes da inflação

A teoria dos três determinantes da inflação, citada por Campos (1998) e por Barbosa (1997), foi apresentada por Simonsen em 1970, no livro “Inflação: gradualismo x tratamento de choque”, na tentativa de esclarecer os fatores da inflação crônica e apontar um caminho para a estabilização. A inflação crônica seria a segunda fase, de uma etapa de quatro, que resulta na hiperinflação.

A primeira fase da inflação, a transitória, seria aquela em que os agentes prejudicados não conseguem recompor sua renda nominal inicial, resultando apenas numa distribuição de renda diferente da situação inicial. A segunda fase da inflação, a crônica, caracteriza-se pelo fato de os agentes prejudicados pela inflação conseguirem reajustar sua renda nominal, de modo a compensar a inflação passada. Esta situação se repetiria constantemente, tornando mais difícil a diferenciação entre inflação de demanda ou de custos, fazendo com que seja caracterizada como de realimentação. A terceira fase, a aceleracionista, se dá quando o período dos reajustamentos das rendas nominais dos agentes é diminuído. Por fim, a quarta fase, que abre caminho para a hiperinflação, é aquela em que os agentes, além de reajustar suas rendas nominais com base na inflação passada, querem incorporar também a inflação futura.

Segundo Simonsen, a inflação crônica é determinada pelos seguintes fatores: a inflação passada, a inflação autônoma e a inflação pela regulação da demanda, os quais são definidos a seguir:

A componente autônoma é, por definição, aquela que independe de inflação do período anterior, sendo determinada por fatores de ordem institucional (reajustes arbitrários de salários, da taxa de câmbio, de impostos indiretos) ou de natureza acidental (altas de preços provenientes de más safras, etc.). A componente de realimentação é definida como aquela que resulta da inflação do período anterior. Trata-se essencialmente de uma alta de preços provocada pela tentativa de reconstituição, pelos agentes econômicos, de uma participação no produto nacional dissolvida pela inflação passada. Tal componente corresponde às altas de preços resultantes de reajustes salariais proporcionais ao aumento do custo de vida, às destinadas a reconstituir as margens de lucro das empresas e, de um modo geral, a todas as revisões de preços tornadas automáticas pela legislação sobre correção monetária. Partindo dessas duas componentes, a alta de preços sofre um efeito regulador de intensidade da demanda. Se esta cresce em ritmo exagerado em relação à capacidade produtiva, é provável que a taxa de inflação seja impelida além daquilo que seria justificado pela superposição das componentes autônomas e de realimentação. Reciprocamente, uma queda ou talvez um crescimento pequeno da procura amenizará a taxa de inflação. (SIMONSEN, 1970, p. 127-128)

Para formalização o modelo, designa-se, inicialmente, as seguintes variáveis:

$$r_t = \frac{\Delta p}{p}, \text{ ou seja, a taxa de inflação no período } t;$$

a_t = componente autônoma da inflação = choques de oferta = inflação de custos;

br_{t-1} = componente de realimentação da inflação = inércia inflacionária;

$$c \left[\frac{d_t}{d_{t-1}^*} - 1 - n \right] = \text{componente de regulagem da demanda = choques de demanda};$$

d_t = demanda real no período t , ao nível de preços resultante das componentes inflacionárias autônoma e de realimentação;

d_{t-1}^* = demanda real efetiva no período $t - 1$ (igual ao produto real);

b, c, n = parâmetros.

O modelo sobre a inflação fica assim formalizado:

$$r_t = a_t + br_{t-1} + c \left[\frac{d_t}{d_{t-1}^*} - 1 - n \right]$$

A componente de realimentação da inflação, correspondente à inflação do período anterior, tem o parâmetro (b) como o coeficiente, indicando o grau de automatismo da inflação crônica, ou seja, em que proporção a alta de preços de um período se transmite para o seguinte. Para Simonsen, em processos de inflação crônica, (b) deve ser próximo da unidade, ou ($0 < b < 1$) e, em processos de inflação explosiva (aceleracionista), (b) pode ser maior que a unidade. Esta componente da inflação nada mais é do que a “inércia” inflacionária. Simonsen (1995) classifica a inércia como decorrente da indexação ou das expectativas auto-regressivas (adaptativas).

Cabe destacar, ainda, o parâmetro (n), que corresponde à “taxa normal de crescimento da demanda”, ou seja, à taxa de crescimento da demanda que não causa pressões inflacionárias, caso não houvesse inflação autônoma ($a_t = 0$) ou inflação no período anterior ($r_{t-1} = 0$). Neste caso, o determinante do parâmetro (n) seria o ritmo de expansão da capacidade produtiva.

Em “A nova economia brasileira” Simonsen (1976b), relaciona a componente de regulação da demanda (agora denominada g_t), com a taxa de crescimento do produto real ($h_t = \Delta y/y$), da seguinte forma: $h_t = F(g_t)$.

Simonsen acredita que, até certo ponto de crescimento de (g_t), haverá crescimento de (h_t). Existe, ainda, uma taxa de crescimento do produto real alcançável sem pressões inflacionárias de demanda, ou seja, há uma taxa ($h_t = n$) onde ($g_t = 0$). Após certo ponto de (g_t), no entanto, haverá decréscimo de (h_t). Gráficamente, tem-se:

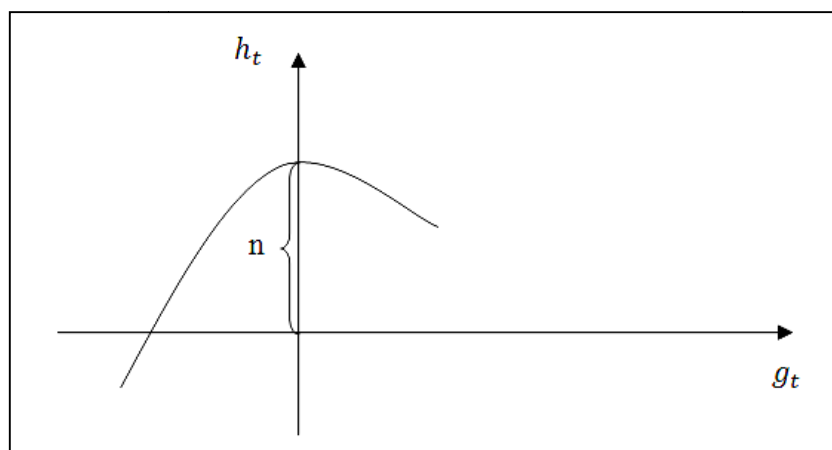


GRÁFICO 1 - Correlação entre (g_t) e (h_t)
Fonte: SIMONSEN, 1976b, p. 99.

Esta leitura de Simonsen a respeito da inflação brasileira contém uma de suas maiores contribuições, qual seja, a identificação da inércia inflacionária. O modelo proposto por ele mostra a inércia como mecanismo de propagação de inflação, e não como sua causa. Esta estaria na demanda, já que os choques de oferta, por sua própria natureza, são acidentais.

Segundo Simonsen, o principal objetivo de um programa de estabilização, seja pela via gradualista ou pelo tratamento de choque, deve ser o de romper o coeficiente de realimentação. São três as opções apresentadas para atingir este objetivo.

A primeira opção seria a indução psicológica para reversão das expectativas de inflação. A política do governo deveria ser capaz de convencer os agentes econômicos de que a inflação iria acabar ou, pelo menos, diminuir consideravelmente. Esta opção, embora deva ser adotada em qualquer estratégia de estabilização, pode não ter resultados tão expressivos, em razão da memória inflacionária dos agentes.

A segunda opção se traduz na crise de estabilização, ou seja, recessão transitória do produto real. Neste caso, há recessão enquanto a inflação está baixando, mas, quando a inflação atinge o nível desejado, o produto real volta a crescer. No processo de baixa de inflação, ou seja, enquanto se mantém a componente de regulação da demanda negativa, há redução tanto da componente autônoma da demanda quanto da componente de realimentação. Simonsen alerta, no entanto, para o problema principal desta opção, qual seja, o grau de recessão necessário para atingir o objetivo desejado. Este dado depende de fatores como: a velocidade com a qual se quer ver os resultados, o coeficiente de realimentação e a elasticidade da taxa de inflação às variações da demanda global.

Outra alternativa para romper o coeficiente de realimentação seria o controle de preços. Esta opção se torna uma alternativa à baixa dos preços causada pela recessão. Ou seja, os empresários, ao invés de terem de reduzir os preços para poder vender, tentam manter sua produção com níveis controlados no aumento de preços. Desta forma, o governo, pelo menos, suaviza a crise de estabilização.

Há ressalvas, no entanto, a esta alternativa. Primeiramente, os únicos preços passíveis de limitação seriam os dos setores oligopolistas, já que, nos setores onde prevalece a concorrência, o controle de preços geraria desequilíbrios de oferta e demanda, como filas,

mercado negro e ineficiência alocativa. Além disso, os setores competitivos possuem coeficientes de realimentação bem menores em relação aos setores oligopolistas. A segunda ressalva se faz em relação à forma de controle de preços. O tabelamento de preços não deve resultar em artificialidade, com o intuito de ocultar a inflação. O controle de preços deve, sim, “reproduzir aquilo que, no livre jogo das forças de mercado, seria o resultado de uma crise de estabilização mais intensa” (SIMONSEN, 1970, p. 142).

Os programas de estabilização devem considerar, portanto, medidas que reduzam o componente inercial da inflação, bem como medidas de contenção de demanda. Estes preceitos foram observados pelo Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), em 1964, e também pelo Plano Real, em 1994. Planos “heterodoxos”, como o Cruzado, consideraram a inércia como principal causa da inflação, sendo este o motivo principal pelo qual falharam, na concepção de Simonsen⁶.

3.1.1.1 A correção monetária

De acordo com Simonsen, correção monetária é “o reajuste periódico e automático de determinados valores de acordo com determinados índices que traduzem a taxa de inflação” (SIMONSEN, 1975, p. 133). Conforme exposto anteriormente, ele considera a indexação a principal causa da inflação inercial, que também pode ser causada pelas expectativas auto-regressivas.

A contestação de Simonsen a respeito da correção monetária é citada por Ramalho (2003, p. 228), para quem:

Mario Henrique Simonsen é provavelmente o mais antigo defensor no Brasil da controversa tese de que o dispositivo da correção monetária é prejudicial ao objetivo antiinflacionário. Por vários anos, sozinho entre economistas com escritos de qualidade acadêmica, ele pregou incansavelmente a mencionada tese em aulas, livros, artigos e discursos ministeriais. Assim, ele pode ser considerado o originador no Brasil do movimento contrário ao dispositivo e que acabou por eclodir nos anos 80.

⁶ O Plano Cruzado, em especial, considerava a inflação puramente inercial. Já o Plano Collor, apesar de tentar combater o processo inflacionário pelo lado da demanda, considerou um diagnóstico errôneo do mesmo, qual seja, a alta de preços seria provocada pelo nível absoluto de liquidez, e não pelo grau de crescimento desta.

De acordo com o estudo de Ramalho (2003), as primeiras críticas de Simonsen a respeito da correção monetária surgem somente a partir de 1969, em “Brasil 2001”. Já em “Formas criativas no desenvolvimento brasileiro”, de 1970, Simonsen dedica um capítulo ao estudo da correção monetária, apresentando seus efeitos positivos e negativos, considerando, inicialmente, que a economia brasileira havia sofrido com todas as distorções provocadas pela inflação.

Os principais aspectos positivos da correção monetária seriam, portanto, os seguintes:

- a) reajustes salariais mais homogêneos, dada a fórmula do PAEG;
- b) serviços de utilidade pública com preços não defasados;
- c) impulso para compra de títulos públicos e privados, com aumento da poupança pessoal;
- d) aumento na compra de imóveis, através do Sistema Financeiro da Habitação;
- e) imposto de renda aplicável somente aos ganhos reais, não atingindo lucros ilusórios;
- f) aumento da receita do governo, ao se aplicar correção monetária e multa sobre impostos atrasados.

Estes aspectos positivos possibilitariam a convivência com a inflação. Essa estratégia foi escolhida do governo Castello Branco, ao optar por uma estratégia gradualista no combate à inflação. De acordo com Simonsen (1975, p. 143), “a correção monetária em suma, não impede, que se combata a inflação, mas restringe a velocidade desse combate”.

Já os aspectos negativos da inflação ficam assim enumerados:

- a) realimentação da inflação;
- b) complicações “administrativas”, causadas pelo fato de as pessoas terem de raciocinar em termos de moeda corrigida;
- c) não sendo a correção monetária integral, ela pode neutralizar a maioria dos efeitos nocivos da inflação, mas não todos.

O primeiro aspecto negativo da correção monetária, a realimentação da inflação, por certo é o mais importante e o mais considerado por Simonsen em sua teoria contra a correção monetária, o que se pode verificar em Ramalho (2003).

Em “30 anos de indexação”, de 1995, Simonsen faz uma introdução voltada a apresentar o histórico da correção monetária e da indexação. No governo Castello Branco, a correção monetária foi regulamentada para os impostos, tarifas e prestações contratuais, não sendo estendida às áreas consideradas “explosivas”, quais sejam, salários, taxas de câmbio e saldos de depósitos à vista. Ou seja, a correção monetária era uma cláusula de exceção, o que, segundo Simonsen, era um critério inquestionável do ponto de vista técnico. Já no governo Costa e Silva, a correção monetária começou a generalizar-se. Devido a críticas sobre a política salarial no governo anterior, a lei salarial foi revisada em 1968, permitindo o repasse integral do custo de vida aos salários. Além disso, o sistema de minidesvalorizações da taxa de câmbio, que correspondia a repassar ao câmbio o diferencial entre as taxas de inflação interna e externa, significava a indexação da taxa de câmbio.

A partir de então, a economia brasileira estava praticamente toda indexada e sujeita à realimentação inflacionária. As tentativas de estabilização no início da década de 1980, com receituário monetário e fiscal do Fundo Monetário Internacional (FMI), não eram suficientes. A metodologia do Plano Cruzado, por sua vez, foi a primeira tentativa de desindexar a economia, embora, contraditoriamente, mantivesse o gatilho. No entanto, a falha do plano se deu ao caracterizar a inflação como puramente inercial, sem o componente da demanda.

Somente com o Plano Real a desindexação foi feita de forma correta, na opinião de Simonsen. Inicialmente, com o objetivo de sincronizar todos os reajustes para obter convergência nos preços relativos, houve a conversão dos contratos em Unidade Real de Valor (URV). Após, houve a substituição da URV pelo real. Essas medidas, juntamente com o ajuste fiscal e controle monetário, asseguraram o equilíbrio das contas do governo e da economia em geral. Mas mesmo com o Plano Real a indexação não foi proibida. Essa medida, no entanto, inviabilizaria contratos de longo prazo, dada a memória inflacionária. Mesmo assim, a indexação foi desregulamentada, o que, de acordo com Simonsen, já seria suficiente para diminuir a inércia inflacionária. Ou seja, o autor não defende a proibição da indexação, mas sim a sua desregulamentação:

O remédio não é proibir, mas desregulamentar a indexação. O que provocou a inércia inflacionária não foi a permissão de regras de correção automática dos valores pela inflação passada, particularmente no caso dos salários, e sim a sua compulsoriedade. Ou seja, a indexação que transforma a ortodoxia antiinflacionária numa luta inglória não é a que espontaneamente se desenvolve nos mercados, mas a determinada pelo governo. (SIMONSEN, 1995, p. 9)

3.1.2 A “curva de Simonsen”

A chamada “curva de Simonsen”, citada por Barbosa (1997) e Campos (1998), foi apresentada por ele em 1964, em “A experiência inflacionária no Brasil”. Essa curva representa a evolução do salário real ao longo do tempo, em ambiente inflacionário.

Numa situação de inflação crônica, os preços sobem continuamente, mas os salários são reajustados apenas em determinadas épocas, o que resulta numa oscilação do salário real ao longo do tempo: logo após o reajustamento, o salário real está no seu valor máximo (pico) e, no decorrer do tempo até o próximo reajuste, o salário real declina constantemente, embora o salário nominal permaneça fixo. No momento anterior ao novo reajuste, o salário real atinge seu valor mínimo (vale).

A representação gráfica desta situação mostra, no eixo das abscissas, o tempo e, no eixo das ordenadas, o salário real:

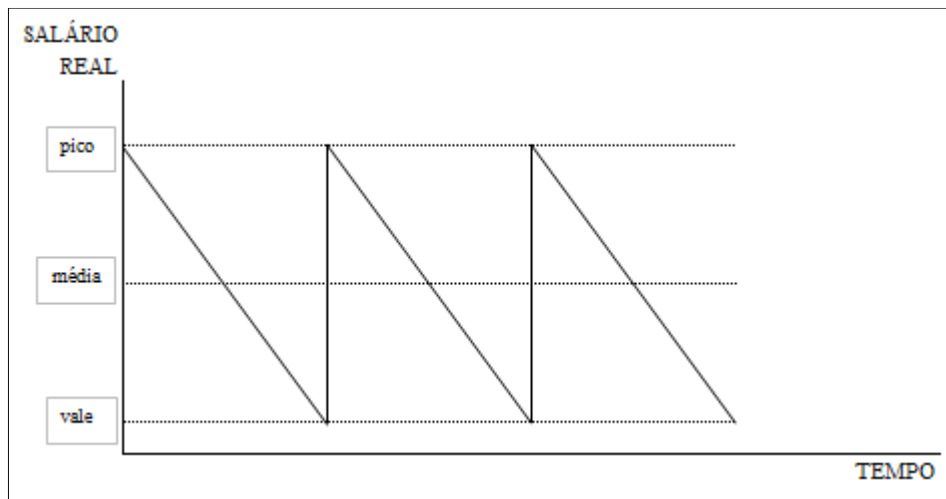


GRÁFICO 2: A curva de Simonsen
Fonte: SIMONSEN, 1964, p. 92 (adaptação).

Embora o gráfico mostre os reajustes salariais em períodos iguais, é possível verificar esta mesma situação (a distorção de preços da economia), em períodos de reajustes diferentes. Ressalte-se, ainda, o fato de os trabalhadores não estarem todos situados no mesmo tempo no gráfico, ou seja, enquanto uma categoria de trabalhadores tem seu salário no pico, outra pode ter o seu salário no vale, ou em qualquer outro ponto de decréscimo do salário real.

A curva de Simonsen pode ser aplicada na análise não apenas dos salários dos trabalhadores, mas também na análise dos preços relativos da economia ou, ainda, aos lucros das empresas e aluguéis, dentre outras situações. Numa economia com altos índices de inflação, os agentes, em geral, têm por objetivo a recomposição do pico, quer seja em relação ao salário, no caso dos trabalhadores, quer seja em relação ao lucro, no caso dos empresários. Os picos, no entanto, seriam inconsistentes, já que alguns agentes só conseguem alcançar o mesmo quando outros estão no fundo do vale.

Esta contribuição de Simonsen serviu de base para a política salarial do PAEG, em 1964, e do Plano Real, em 1994.

Segundo Barbosa (1997, p. 4), Simonsen formulou a curva do salário real com base num relatório sobre a inflação chilena na década de 1950:

Alguns anos atrás eu perguntei ao Simonsen, para satisfazer minha curiosidade, [...], como ele tinha chegado à idéia de sua curva do salário real. Ele respondeu-me que tinha visto algo semelhante num relatório de uma comissão estrangeira que tinha feito uma análise da inflação chilena na década dos 50.

3.1.3 As políticas de renda

Barbosa (1997), Campos (1998) e Ronci (1998) destacam a defesa de Simonsen para a utilização de políticas de renda. Essa ferramenta é um conceito amplo, que se refere, como conceituado por Carvalho (1995) às:

[...] várias formas de intervenção deliberada no sistema de preços, visando corrigir ou orientar a determinação dos preços, em sua totalidade ou em subconjuntos determinados, inclusive (ou especialmente) dos fatores de produção, ou administrar suas variações. [...] Assim, controles de preços, políticas salariais, controles de juros, controles de taxa de câmbio, congelamentos de preços, salários e outras rendas são todos formas de política de rendas. (CARVALHO, 1995, p. 299)

Vale ressaltar que as políticas de renda somente são utilizadas quando se reconhece que o mercado não é capaz, por si só, de coordenar os planos dos agentes privados. Assim, abre-se espaço para uma intervenção deliberada do governo. Como apresentado no capítulo

anterior, a corrente neoliberal aceitava certa intervenção do governo, como forma de sanear imperfeições do mercado, que afetavam principalmente economias subdesenvolvidas.

Segundo Carvalho (1995), as políticas de renda podem ser micro ou macroeconômicas. As políticas de renda microeconômicas se referem a controles de preços setoriais, sendo utilizadas para objetivos alocativos ou corretivos de imperfeições de mercado localizadas. As políticas de renda macroeconômicas se referem a instrumentos de políticas de estabilização, aplicados às rendas, empregos, preços ou qualquer outro objetivo macroeconômico. Ainda, segundo Carvalho (1995), as políticas de renda macroeconômicas podem ser utilizadas nos seguintes casos:

- a) em épocas de pressões excepcionais, com duração indefinida, como guerras: a política de rendas atua de forma a amenizar a inflação provocada pelo aumento da demanda pelo setor militar, que agora se soma ao setor civil, já existente;
- b) em casos onde se queira aumentar o emprego sem causar pressões inflacionárias: as políticas de renda como políticas salariais e controle de margens de lucro;
- c) para interromper processos inflacionários: neste caso, a política de rendas é indicada por reduzir os custos do processo de estabilização;
- d) o último caso se refere à busca pelo controle de desequilíbrios nas contas comerciais do balanço de pagamentos: a política de rendas (especialmente sobre salários), neste caso, é utilizada para manter competitivos certos setores internos, exportadores ou produtores internos para substituição de importações.

Estudando melhor o caso de utilização de políticas de rendas, tem-se que as mesmas são eficazes pelo fato de que, geralmente, os produtores esperam as vendas caírem para, somente depois, baixar o preço dos produtos. A política de rendas atuaria coordenando a estabilização, informando aos agentes os níveis desejáveis para redução de preços ou taxas de variação dos mesmos, reduzindo custos reais de políticas fiscais e monetárias contracionistas.

Simonsen defendia a utilização de políticas de renda como ferramenta nos processos de estabilização. Ou seja, além de elementos ortodoxos, como políticas fiscais e monetárias contracionistas, o processo de estabilização deveria considerar a política de rendas, como elemento heterodoxo. De acordo com o autor, a “sugestão dos neo-keynesianos é que se

complemente a austeridade monetária e fiscal com políticas de rendas, isto é, controle de salários, preços e taxas de câmbio” (SIMONSEN; CYSNE, 1989, p. 448).

Em “A inflação brasileira: lições e perspectivas”, artigo de 1985, Simonsen argumenta que a reversão das expectativas não se daria simplesmente pela credibilidade da política antiinflacionária, como imaginado pelos teóricos das expectativas racionais:

Tecnicamente, há um único instrumento de combate à inflação inercial: as chamadas políticas de rendas, vale dizer, controles diretos de salários e preços. O preconceito contra essas políticas resulta de que elas dependem de uma discricção administrativa que pode gerar muita distorção na alocação de recursos e uma simples repressão da inflação. (SIMONSEN, 1985, p. 17)

Em “Macroeconomia”, de 1989, Simonsen e Cysne destacam:

Em síntese, combater uma inflação alta sem políticas de rendas costuma ser um processo extremamente doloroso para dar certo. O interlúdio estagflacionário é tão violento, que o Governo acaba concluindo que a vida com a inflação é preferível à vida com um programa de estabilização estritamente ortodoxo. Nesse sentido, há razões de sobra para acoplar a austeridade monetária e fiscal à política de rendas. O risco é que seu sucesso temporário leve o Governo a descuidar-se do déficit público e da austeridade monetária. (SIMONSEN; CYSNE, 1989, p. 449)

Especificamente no caso dos salários, a política de rendas agiria de forma a minimizar o conflito distributivo. Ou seja, nos programas de estabilização, a recomposição dos ganhos deveria dar-se pela média da curva salarial, e não pelos picos. Assim, a inflação passada seria eliminada e, ainda, o componente inercial da inflação seria reduzido. O pico salarial, num programa de estabilização, seria inviável de ser recomposto, pelo fato de que provocaria um aumento do salário médio real incompatível com o produto real da economia, gerando desemprego e/ou pressão inflacionária de custos.

No PAEG foi estabelecida uma fórmula onde, no período de 12 meses em que vigorasse a nova remuneração nominal, o salário real médio fosse igual à média verificada nos últimos 24 meses, acrescida de uma pequena parcela do aumento de produtividade. No Plano Real, os salários nominais de março de 1994 foram convertidos para URVs pela média do poder de compra dos últimos 4 meses.

3.1.3.1 A crítica às expectativas racionais

As críticas de Simonsen às expectativas racionais são lembradas por Barbosa (1997), Campos (1998) e Werlang (1998).

De acordo com Simonsen e Cysne (1989, p. 494), as expectativas racionais se baseiam na hipótese de que os agentes “conhecem um modelo macroeconômico que descreve o comportamento das variáveis endógenas em função das variáveis exógenas”. Desta forma, os agentes seriam capazes de projetar o comportamento dos demais agentes a partir do desempenho esperado da política econômica. Ou seja, os agentes tomam decisões com base em suas projeções para o futuro, utilizando informações do presente. O passado torna-se irrelevante. Para os teóricos das expectativas racionais, elaborar uma política econômica com base na hipótese de que os agentes cometerão erros sistemáticos em resposta a ela seria insensato.

Já para as expectativas adaptativas, o passado é a informação utilizada para tomar decisões. Essa é a base da inércia inflacionária, elemento fundamental da teoria de inflação de Simonsen. Assim, ao contrário do que os estudos do autor apontavam, poderia haver eliminação da inflação sem recessão, se consideradas as expectativas racionais, bem como a credibilidade dos agentes em relação à política monetária anunciada pelo governo. Esse é o aspecto criticado por Simonsen.

Quando se introduz as expectativas racionais na elaboração de política econômica, deve-se pensar na mesma como um jogo entre os seus formuladores e a economia. Dessa forma, o instrumento apropriado a elaboração da política econômica seria a teoria dos jogos.

A partir desse pressuposto, Simonsen e Cysne mostram como a informação imperfeita dos agentes leva os mesmos a tomarem decisões com base no passado.

Para tal, desenvolvem a sequência de raciocínio a seguir:

- a) numa economia de mercado, o sistema de preços desempenha as seguintes funções: de mão invisível, responsável pela alocação eficiente dos recursos e, através do leiloeiro walrasiano, transmite informação para todos os agentes tomarem suas decisões;
- b) supondo expectativas racionais, abandona-se o leiloeiro walrasiano, pois os agentes teriam poder de fixar seus preços;
- c) um cenário sem o leiloeiro walrasiano, o jogo entre política econômica e economia é não-cooperativo, ou seja, os agentes tomam decisões com base nos seus próprios interesses;
- d) no entanto, a informação dos agentes é incompleta, ou seja, cada agente tem que supor como os outros vão se comportar;
- e) assim, os agentes são jogadores que adotarão a estratégia maximin, ou seja, aquela que maximiza a utilidade esperada dos mesmos no pior cenários de hipótese quanto às estratégias dos demais jogadores; e
- f) após uma alteração de política econômica, a informação incompleta (já que os agentes desconhecem qual o novo preço que levará ao equilíbrio) ou a incerteza (em relação aos demais agentes, se irão se mover para o novo preço ótimo) serão obstáculos ao alcance imediato no novo equilíbrio de Nash. Para Simonsen, a inércia é a dificuldade de se encontrar imediatamente um novo equilíbrio de Nash. Este, somente seria encontrado após aproximações sucessivas.

As reflexões retro são aplicadas por Simonsen e Cysne à inércia inflacionária, supondo que

[...] antes do programa de estabilização, o Governo expanda o produto nominal a uma taxa constante r , e que os agentes econômicos tomem $R = R_0(1+r)^t$ e $P = P_0(1+r)^t$, num equilíbrio móvel de Nash à taxa r , por período. Subitamente, o Governo resolve estabilizar o produto nominal. Ainda que os agentes econômicos creiam piamente nas promessas do Governo, nem todos admitirão que os demais agentes econômicos continuem a aumentar seus preços, ou à taxa r , ou a algo num pouco inferior, mas positivo. Isso é suficiente para explicar a inércia inflacionária. Se a economia estiver praticamente indexada, ninguém se desindexa espontaneamente sem ter a certeza de que todos os demais de desindexam. (SIMONSEN; CYSNE, 1989, p. 539)

Esta constatação era útil para Simonsen, pois reafirmava a utilidade e necessidade das políticas de renda, que se destinariam a aumentar a velocidade pela qual os jogadores encontram um novo equilíbrio de Nash:

[...] o maior ou menor grau de inércia das expectativas depende da velocidade com a qual cada participante do jogo estreite o campo estratégico dos demais. Essa velocidade pode ser aumentada tanto por medidas de sabor heterodoxo, como as políticas de renda, quanto por outras de gosto ortodoxo, como a maior previsibilidade da política econômica. (SIMONSEN, 1986, p. 253).

A crítica do autor à teoria das expectativas racionais se encontra, dessa forma, no fato de que a mesma tem como pressuposto que existe um modelo macroeconômico que descreve e determina o desempenho da economia e, ainda, que todos os agentes o conheçam e o utilizem como ponto de partida para as suas previsões. O modelo exigiria, ainda

[...] que os agentes econômicos formulem suas previsões como o socorro de econométricos, quer em termos de equações de especificação, quer em termos de projeções das variáveis exógenas. Nesse ponto, a suposição de amplo acesso às informações disponíveis envolve outra hipótese implícita: a de que essas informações sejam interpretadas exatamente da mesma maneira. [...] (SIMONSEN, 1986, p. 251-252).

3.2 A REGRA DE ENDIVIDAMENTO PRUDENCIAL

A regra do endividamento prudencial refere-se aos limites do endividamento externo. Campos (1998, p. 13) a define como a regra que estabelece que “a solvência só pode ser preservada se o incremento dos juros internacionais for igual ou inferior à taxa de crescimento do produto interno bruto”.

Segundo Simonsen (1983), o aumento da dívida externa é uma das formas pelas quais um país pode cobrir seu déficit em transações correntes (B_t). Os outros meios seriam a diminuição das reservas cambiais e o ingresso de capitais estrangeiros de risco (A_t).

O conceito de dívida externa considerado por Simonsen, no entanto, se refere sempre à dívida externa líquida (D_t), ou seja, a dívida externa total menos as reservas. A variação da dívida externa líquida é assim apresentada:

$$D_{t+1} - D_t = B_t - A_t$$

O déficit de transações correntes (B_t) é decomposto em duas parcelas, quais sejam, os juros líquidos pagos ao exterior ($r_t D_t$), considerando a taxa média de juros no período, e o déficit não hereditário (J_t), que corresponde à soma do déficit comercial com o de transferências unilaterais e serviços, descontados os juros:

$$B_t = r_t D_t + J_t$$

Esta decomposição é feita por Simonsen no intuito de mostrar que a política econômica do período t só pode afetar a componente não hereditária do déficit, pois o pagamento dos juros é resultado de dívida acumulada no passado.

É definido, ainda, o hiato de recursos (H_t), como a diferença entre o déficit não hereditário (J_t) e o ingresso líquido de investimentos externos de risco (A_t):

$$H_t = J_t - A_t$$

Assim, a variação da dívida externa líquida fica assim rerepresentada:

$$D_{t+1} - D_t = r_t D_t + H_t$$

Ou seja, a dívida externa líquida, segundo Simonsen (1983, p. 209), “cresce pela acumulação dos próprios juros mais o hiato de recursos”. Além disso, somente haverá declínio da dívida quando houver ingresso líquido de investimentos externos de risco maior que o déficit não hereditário, ou seja, hiato de recursos negativo, cuja parcela seja suficiente para pagar os juros.

Caracterizada a dívida externa, Simonsen faz ressalvas quanto ao limite de expansão da mesma. Este limite deve ser estipulado sob pena de que o pagamento dos juros elimine a receita cambial do país. Em muitos dos seus trabalhos, a variável principal indicada pelo autor é a relação entre dívida líquida (D_t) e exportações (X_t), ou seja, o crescimento da dívida externa é relacionado com o potencial de exportação do país:

$$d_t = \frac{D_t}{X_t}$$

Define-se, ainda, (x_t) , como a taxa de crescimento das exportações, e (h_t) a relação entre o hiato de recursos e as exportações:

$$1 + x_t = \frac{X_t}{X_{t-1}}$$

$$h_t = \frac{H_t}{X_t}$$

Reorganizando as equações da variação da dívida externa líquida com as três últimas apresentadas, bem como considerando-se como constantes no tempo as taxas de juros e de crescimento das exportações, tem-se:

$$(1 + x)d_{t+1} = (1 + r)d_t + h_t$$

Supondo (h_t) constante no tempo e $(x = r)$, tem-se como solução:

$$d_t = d_0 + \frac{h}{1 + r}t$$

Supondo (h_t) constante no tempo e $(x \neq r)$, tem-se como solução:

$$d_t = \frac{h}{x - r} + \left(d_0 - \frac{h}{x - r}\right) \left(\frac{1 + r}{1 + x}\right)^t$$

Considerando-se, ainda, (d_0) e (h) positivos, chega-se a conclusão de que a relação entre dívida líquida e exportações crescerá explosivamente se $(x \leq r)$. Ou seja, o aumento da dívida externa por longos períodos somente seria possível se a taxa de crescimento das exportações fosse superior à taxa de juros externa. O crescimento das exportações por longos períodos não pode, no entanto, ser alcançado sem o crescimento do produto real.

Em outros trabalhos a respeito da crise da dívida externa brasileira, Simonsen destaca que a razão da crise seria a alteração inesperada da taxa de juros internacional. No ensaio “Os rumos da dívida externa” (1984), argumenta:

Entre 1973 e 1980, as exportações dos países em desenvolvimento não petrolíferos se expandiram, em média, de 21,1% ao ano (18,3% a.a. no caso do Brasil), enquanto que a taxa de juros nos financiamentos privados (LIBOR + 1,5% a.a.) se mantinha na média anual de 10,7%. Os devedores internacionais, assim, atendiam folgadoamente aos testes de solvência. Em 1981/82, com o aperto monetário e o déficit fiscal norte-americano, a taxa de juros em questão aumentou para 16,3%. Ao mesmo tempo, com a recessão internacional, a piora de relações de trocas e a valorização do dólar, as taxas de crescimento das exportações caíram para apenas 1%. Com tal mudança no parâmetro crítico da dinâmica da dívida, as relações dívida/exportações subiram aceleradamente, instabilizando o processo de financiamento dos balanços de pagamentos dos países em desenvolvimento. [...] (SIMONSEN, 1984, p. 95)

3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONCORRÊNCIA

Cysne (1998) cita os estudos de Simonsen a respeito da concorrência, os quais são os mais recentes da carreira do autor, pois datam da década de 1990. Tais estudos são exames realizados pelo autor em relação à política antitruste, bem como de outros mecanismos que podem proteger o mercado dos altos preços do monopólio e do oligopólio.

O ponto inicial dessa discussão é a definição das condições para o funcionamento eficiente de um mercado, quais sejam: a possibilidade de qualquer agente comprar ou vender o que quiser, desde que aceite pagar ou receber o preço do mercado; e a impossibilidade de um agente, de forma individual, influenciar o sistema de preços. Segundo Simonsen, essas condições são o fundamento da aceitação e, até, da necessidade de intervenção do governo na economia, para que as mesmas sejam asseguradas. A ação do Estado se dá na forma de legislação antitruste, que tem por objetivo principal impedir as práticas de monopólio.

A crítica de Simonsen a esta legislação, no entanto, refere-se à inibição às fusões e aquisições, pelo fato de que “o *small is beautiful* é incompatível com a eficiência” (SIMONSEN, 2002a, p. 414). Ou seja, pequenas empresas não são capazes de incorporar alta tecnologia e, tampouco, investir em pesquisa e desenvolvimento ou alcançar economias de escala. O fator que se deve considerar quanto à repressão aos altos preços não seriam as leis antitrustes, mas sim a globalização dos mercados. A abertura comercial estimularia a concorrência e, assim, os preços seriam mantidos em patamares “normais”. De acordo com Simonsen, um único fornecedor, “ainda que domine 100% do mercado de um país, não tem

como impor preços abusivos se os compradores dispuserem da alternativa de importar produtos similares com tarifas aduaneiras reduzidas” (SIMONSEN, 2002b, p. 436).

Simonsen salienta que a fonte principal dos altos preços não seria o amplo domínio de mercado das empresas, mas sim a ausência da concorrência potencial, que é a concorrência entre empresas estabelecidas e novas empresas interessadas no mesmo mercado. Essa ausência da concorrência potencial corresponde a fortes barreiras à entrada, ou seja, condições que permitem que empresas já estabelecidas em um mercado possam praticar os preços desejados sem atraírem novos capitais.

As barreiras à entrada podem ser dos seguintes tipos:

- a) baseadas na diferenciação de produto, onde os consumidores preferem aos produtos das empresas já existentes;
- b) decorrentes da presença de vantagens absolutas de custo, que se verificam quando as empresas já existentes possuem acesso preferencial a determinados recursos;
- c) resultantes de economias de escala, que fazem com que o aumento da produção diminua os custos, presumindo *sunk costs* (custos irrecuperáveis);
- d) causadas pela exigência de altos custos iniciais, que causam dificuldades aos entrantes na obtenção do capital necessário.

Simonsen considera, ainda, outro tipo de barreiras à entrada: aquelas causadas pelo próprio governo, como, por exemplo, necessidade de licenças governamentais ou restrições às importações. Desse modo, o governo poderia reativar a concorrência através da eliminação das barreiras que o mesmo implementou.

Outro tipo de barreiras à entrada comentado por Simonsen são as decorrentes dos *sunk costs*. A concorrência, neste caso, seria reativada através da abertura do setor ao exterior. Os custos irrecuperáveis seriam “muito menores quando se trata de importar produtos provenientes de uma fábrica já existente no exterior do que quando se exige a instalação de uma nova fábrica no país” (SIMONSEN, 2002a, p. 415).

A concentração de empresas não deve ser impedida, no entanto, se isso tiver como resultado benefício para o consumidor final. A concentração de empresas, ainda, é necessária

para enfrentar a globalização, para que a indústria nacional possa competir internacionalmente.

As considerações de Simonsen a respeito da concorrência mostram um aspecto importante da sua obra, qual seja, o estudo de temas atuais, o que permite ao mesmo ativar a contribuição para a resolução de problemas correntes. Talvez tenha sido esse um aspecto que, juntamente com sua capacidade de expressar suas idéias de maneira “informal”, o levou a escrever, inclusive, ao grande público leitor de revistas e jornais.

4 SIMONSEN E O DESENVOLVIMENTO

Para Simonsen, o termo “desenvolvimento econômico” corresponde ao crescimento do produto real *per capita* (BIDERMAN, 1997, p. 198). No entanto, não deixa de lado as preocupações sobre a extensão dos benefícios do progresso econômico a todas as camadas sociais. O aumento da renda *per capita* seria, desta forma, a condição necessária à melhoria do bem-estar da sociedade.

Os escritos de Simonsen a respeito do desenvolvimento brasileiro têm início com “Brasil 2001”, de 1969. Esse livro teve como ponto de partida as projeções especulativas do *Hudson Institute* a respeito do ano de 2000, que mostravam empobrecimento do Brasil, através da queda da renda *per capita*. Simonsen, então, tentou apresentar algumas medidas a serem tomadas a fim de evitar a concretização das estimativas.

As análises a respeito do tema continuam, especialmente, em “Brasil 2002” (1972) e em “A nova economia brasileira” (1976). A metodologia utilizada se repete: após apresentar o padrão de desenvolvimento brasileiro no período de 1920 a 1967/68, Simonsen apresenta os pontos de estrangulamento verificados no mesmo, bem como os problemas a serem enfrentados pela nova administração. A justificativa para o período inicial da análise reside no fato de que somente a partir de 1920 se verificam séries estatísticas que possibilitam tal estudo.

4.1 A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO

No período decorrido a partir de 1920, o Brasil adotou a política de desenvolvimento baseada na substituição de importações. Até a II Guerra Mundial, esta opção foi implantada de forma não intencional, traduzindo uma “série de reações mais ou menos tópicas diante das dificuldades do balanço de pagamentos” (SIMONSEN, 1969, p. 58). Após a II Guerra Mundial, no entanto, foi adotada a idéia de que o desenvolvimento econômico do país deveria se pautar pela industrialização.

Na concepção de Simonsen, a estratégia de substituição de importações era a única possível para garantir o crescimento. Essa conclusão leva em consideração a baixa elasticidade da pauta de exportações brasileira. Ou seja, caso o país não optasse pela mudança da sua estrutura econômica, através da substituição de importações, não haveria capacidade de crescimento sustentado somente pela poupança interna, dado o descompasso entre compras ao exterior e a capacidade de importar.

Essa estratégia, no entanto, especialmente a partir de 1950, apresenta algumas distorções. Em “Brasil 2001”, são citadas as seguintes:

Em primeiro lugar a erosão inflacionária, que nos acabou levando à beira da hiperinflação no Governo Goulart. Em segundo lugar, a sustentação do desenvolvimento não por um alto esforço de poupança, mas por uma exploração artificial da relação capital/produto. Terceiro, o excessivo protecionismo a certos setores industriais. Por último, o negligenciamento às exportações, que se expandiram a taxas ínfimas na maior parte do período em análise. (SIMONSEN, 1969, p. 59-60)

São consideradas, ainda, como deformidades, em “Brasil 2002” e em “A nova economia brasileira” (1976):

A) A preocupação predominantemente quantitativa com os índices de desempenho industrial, e a desatenção aos índices de competitividade e custos. [...] B) A ausência dos mecanismos financeiros necessários ao apoio à industrialização. [...] C) O progressivo aparecimento de obstáculos financeiros e fiscais à capitalização das empresas industriais. [...] (SIMONSEN, 1972, p. 35)

A partir de Março de 1964, tendo em vista todos os problemas apontados anteriormente, o novo governo instaurado pela “Revolução” Militar “iniciou uma etapa heróica de restauração econômica do país” (SIMONSEN, 1976a, p. 7). Esta reconstrução tinha como objetivos o combate à inflação, o ajuste do balanço de pagamentos e a criação de bases para o desenvolvimento de longo prazo. Para alcançar tais propósitos, o governo teve de, inicialmente, praticar políticas monetária e fiscal severas, que levaram à diminuição do ritmo de crescimento.

Essa austeridade era medida necessária, mas não suficiente para o crescimento acelerado a partir de 1968. As outras características que contribuíram para o “Milagre” foram:

- a) a ausência de crises de liquidez ao setor privado, ou seja, houve expansão do crédito;

- b) o apoio dos intermediários financeiros não bancários, como o Sistema Financeiro da Habitação e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- c) o forte estímulo às exportações, através de uma taxa de câmbio flexível, bem como através de incentivos fiscais e creditícios;
- d) a absorção de capitais estrangeiros;
- e) o apoio à agricultura, através de crédito, política de preços mínimos, incentivo à mecanização e uso de fertilizantes, etc; e
- f) a cooperação entre o governo e o setor privado.

A seguir, são apresentadas as reflexões de Simonsen a respeito da economia brasileira, a partir do “Milagre”.

4.2 OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento de um país se dá pelo enfrentamento de desafios conjunturais e estruturais, a exemplo da experiência brasileira até 1968. Para Simonsen, a partir de 1964, o país respondeu de forma brilhante a esses obstáculos. Restariam, no entanto, outros problemas a serem sanados, apresentados a seguir.

4.2.1 Poupança

Simonsen identificou na economia brasileira baixa taxa de poupança, em relação aos países que se desenvolveram aceleradamente. Esta, conforme a tradição clássica, é essencial para o desenvolvimento econômico, ao propiciar acumulação de capital e progresso tecnológico, o que aumentaria a produtividade do trabalho e, por consequência, melhoraria os padrões de vida.

A Tabela 1 apresenta as taxas de investimento, como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), verificadas entre 1947 e 1966. Pode-se verificar que as oscilações da taxa a preços correntes (que traduz os esforços de poupança) se mostraram menos intensas do que as

taxas a preços constantes. Constata-se, ainda, que os períodos de maiores taxas reais de investimento são compatíveis com menores preços dos bens de capitais, resultantes da política de subsídio cambial.

TABELA 1 - Taxa bruta de investimentos (% do PIB)

ANO	A preços correntes (esforço de poupança)	A preços de 1953 (efeito total)	Índice dos preços relativos dos bens de capital
1947	15,9	10,1	155,4
1948	15,8	10,6	149,1
1949	13,2	9,7	136,1
1950	11,5	10,9	105,5
1951	19,0	19,1	99,5
1952	18,8	19,8	94,9
1953	13,7	13,7	100,0
1954	19,9	17,8	111,8
1955	15,7	13,6	115,4
1956	14,8	14,7	100,7
1957	15,2	15,9	96,6
1958	13,9	13,6	102,2
1959	17,0	15,1	112,6
1960	17,5	15,2	115,1
1961	18,7	16,0	116,9
1962	18,4	15,6	117,9
1963	17,6	14,7	119,7
1964	16,6	13,8	120,3
1965	10,9	9,2	118,5
1966	12,9	11,0	117,3

Fonte: SIMONSEN, 1969, p. 50.

Considerando-se a baixa taxa de investimentos, conclui-se que o desenvolvimento se deu pela exploração artificial da relação capital/produto⁷. Isso foi possível devido a fatores como: o estilo extensivo da produção agrícola, ou seja, não se buscava o aumento da produtividade por hectare, mas sim a ampliação da área cultivada, o que exigia pouco capital; os subsídios cambiais à importação de equipamentos, o que os tornava mais baratos; e o negligenciamento de investimentos sociais, como em habitação e abastecimento de água, os quais pioram a relação capital/produto.

Esses artifícios, no entanto, não podem ser mantidos numa política de longo prazo. O aumento da produção agrícola de forma extensiva acaba por requerer altos investimentos complementares, como em vias e meios de transporte. Os subsídios cambiais podem ser neutralizados se o governo necessite racionalizar seus gastos, bem como pode resultar em altos

⁷ Melhor esclarecido em Simonsen (1964, p. 63): “A relação incremental capital/produto indica quantas unidades adicionais de capital são necessárias para a obtenção de uma unidade adicional de produto por ano. Naturalmente, quanto mais baixa for essa relação maior será ‘*coeteris paribus*’ a taxa de desenvolvimento econômico. Esta última pode ser estimada como sendo igual à taxa líquida de formação de capital (em percentagem do Produto Interno), dividida pela relação capital/produto”.

déficits no balanço de pagamentos. Já os investimentos sociais não podem ser negligenciados por gerarem conflitos e, ainda, pelo fato de que os índices de crescimento não se traduzirem em melhoria das condições de vida.

Para o fortalecimento da poupança, Simonsen (1969, p. 285) apresenta algumas opções. O governo, caso não queira aumentar a carga tributária, deve “comprimir despesas de custeio, subsídios e transferências, liberando maior parte da arrecadação para o financiamento das inversões públicas”. As empresas, por sua vez, têm como alternativa “prestigiar o lucro e incentivar sua reinversão”. Já os indivíduos serão estimulados a poupar se forem criados instrumentos atrativos no mercado de capitais. O setor externo também deve ser considerado, através da criação de incentivos ao contínuo afluxo de capital estrangeiro. De modo geral, a economia deve ter “o entendimento de que a maximização do bem-estar presente, pelo distributivismo prematuro e pela prodigalidade salarial, é incompatível com a maximização futura desse bem-estar”.

A poupança, no entanto, não traz resultados por si só. Ela é imprescindível para financiar os investimentos necessários ao crescimento econômico de longo prazo. Entretanto, é preciso que o mercado esteja ativado e em expansão para provocar o interesse por novos empreendimentos e aumento da produção. Esse é o chamado, por Simonsen (1976a, p. 10), “binômio poupança-mercado”. O primeiro item, vindo da escola clássica, é o componente estrutural do desenvolvimento, enquanto que, o segundo, da escola keynesiana, é o elemento conjuntural. O autor traz a seguinte conclusão:

[...] Um país de baixa capacidade de produção por habitante não pode acalentar substanciais esperanças de melhoria de padrão de vida se não se preocupar com a expansão da oferta a longo prazo. Isso conduz à absoluta prioridade da política de fortalecimento da taxa de poupança. Em compensação, um bom potencial de poupanças não se concretiza se não houver um mercado suficientemente ativo para absorver a capacidade das instalações existentes e induzir os empresários a novos investimentos. [...] (SIMONSEN, 1976a, p. 11)

4.2.2 Educação e tecnologia

As pesquisas que buscam relacionar educação com desenvolvimento têm início após a II Guerra Mundial. Nações devastadas, como a Alemanha e o Japão, conseguiram se

reconstruir rapidamente, em contraste com a lentidão em que cresciam os países subdesenvolvidos, já que dispunham de melhores quadros humanos para a sua recuperação.

O resultado das pesquisas efetuadas é de que “a contribuição da educação para a melhoria da renda *per capita* chega a ser mais importante do que a acumulação de capital físico” (SIMONSEN, 1969, p. 208). Conforme lembrado pelo autor, essa constatação não difere do argumento já defendido por Adam Smith, de que a educação é um investimento de alta reprodutividade. Assim, a conclusão a respeito desse tema é de que o desenvolvimento depende, “em grande parte, dos recursos que forem destinados ao sistema educacional, e da produtividade que se conseguir extrair de tais recursos” (SIMONSEN, 1972, p. 135).

Para Simonsen, o diagnóstico da educação no Brasil, no entanto, era muito sombrio: o país apresentava altos índices de analfabetismo e de deficiência de escolarização, embora essa situação fosse melhor do que alguns decênios antes; e além de se gastar pouco no sistema educacional, verificava-se baixa produtividade do mesmo, ou seja, os dispêndios eram mal aplicados. De um modo mais específico, a literatura de Simonsen aponta os seguintes problemas no sistema educacional brasileiro, até 1964: a insuficiência de recursos, a evasão da pirâmide escolar, o irrealismo dos currículos, a irracionalidade dos métodos de financiamento e o desperdício nas universidades.

Sobre a insuficiência de recursos para aplicação neste setor, tem-se que os mesmos correspondiam, em 1964, a apenas 2,2% do PIB. Para fins de comparação, verificava-se, na mesma época, que na União Soviética o percentual era 7,1%, no Japão 5,3% e nos Estados Unidos 4,6%. Em 1970, no entanto, Simonsen já identificava gastos de 3,8% do PIB na educação, sendo que o aumento mais considerável dos investimentos partiu dos municípios.

A evasão da pirâmide escolar, abaixo verificada, era assim quantificada: entre 1954 e 1964, estudos do IPEA mostravam que, de cada 1.000 alunos matriculados na primeira série do primário, apenas 181 chegavam à quarta série do curso, somente 53 completavam o ginásio e, somente 35 chegavam ao final do colegial. O fator responsável pela evasão escolar seria a repetência, especialmente entre a primeira e a segunda série do primário. Ao binômio repetência-evasão, Simonsen atribui a falência da continuidade do processo de escolarização e o congestionamento de matrículas na primeira série, que gera escassez de vagas.

TABELA 2 - Pirâmide educacional
brasileira: 1954/1964

NÍVEL	SÉRIE	ÍNDICES DE MATRÍCULA
PRIMÁRIO	1 ^a	1000
	2 ^a	395
	3 ^a	282
	4 ^a	181
GINASIAL	1 ^a	101
	2 ^a	80
	3 ^a	65
	4 ^a	53
COLEGIAL	1 ^a	51
	2 ^a	41
	3 ^a	35

Fonte: SIMONSEN, 1969, p. 225.

O irrealismo dos currículos está ligado à concepção dominante, até então, de que a educação era um bem de consumo, até supérfluo, e não uma preparação para o trabalho. Simonsen caracteriza esse entendimento como a tradição da “cultura para os salões”, responsabilizando-o pela deformação da estrutura de ensino do Brasil, em pelo menos três aspectos. O primeiro se referia à ênfase desproporcionada nas “humanidades” e ao descaso ao estudo técnico e científico. O segundo se referia à “superficialidade verbalista do conhecimento transmitido” (SIMONSEN, 1969, p. 222), ou seja, à formação com muita amplitude horizontal e pouca profundidade vertical. Por fim, havia dissociação entre a educação oferecida e as necessidades do mercado de trabalho. O problema curricular também era fonte das reprovações, levando o autor a defender, inclusive, a distinção entre os programas do curso no meio urbano e no rural e, ainda certo grau de regionalização.

A irracionalidade dos métodos de financiamento se dava pelo fato de que o ensino médio era predominantemente privado, enquanto que na educação superior prevalecia a gratuidade. Simonsen se apresentava contrário à gratuidade das faculdades, por diminuir recursos necessários ao nível médio e técnico, bem como não ser necessária, pois seus usuários geralmente eram abastados.

Por fim, o desperdício nas universidades era representado pelos altos custos e pela proliferação das “universidades-prestígio”. O corpo docente era de má qualidade e mal

remunerado. Além disso, havia completa dissociação entre o que as universidades ensinavam e o que o mercado de trabalho necessitava.

Simonsen aconselhava que fossem erradicados todos esses problemas, enfatizando, principalmente a generalização do ensino primário, a ampliação da educação secundária gratuita e dos currículos técnicos, o desestímulo às universidades-prestígio, bem como um esforço para levar escolarização em toda a extensão territorial do país. Afinal, a adoção de melhor tecnologia depende do treinamento da mão-de-obra.

4.2.3 Explosão demográfica

À época em que Simonsen escreve sobre esse tema, o Brasil realmente teve sua população aumentada em valores atípicos. De acordo com os dados do autor (SIMONSEN, 1972, p. 66-67), o crescimento populacional do país foi da ordem de 3,05%, entre 1950 e 1960, e de 2,9%, entre 1960 e 1970. Essa mesma taxa, no contexto mundial, teve média de 1,86% e, nos países desenvolvidos, 1,15%.

Em relação ao desenvolvimento, o autor argumenta que a explosão demográfica “não deve ser situada como elemento impeditivo, mas como fator de retardamento do progresso econômico” (SIMONSEN, 1972, p. 67). São apontados cinco efeitos negativos associados ao aumento excessivo da população:

- a) efeito aritmético: corresponde ao antagonismo evidente entre numerador e denominador, o que não permite que a renda *per capita* cresça em níveis desejáveis;
- b) efeito infra-estrutura: se refere à “piora da relação capital/produto resultante da absorção de poupanças maciças em investimentos em habitação, abastecimento de água, rede de esgotos etc.” (SIMONSEN, 1972, p. 68), as quais poderiam ser destinadas à construção de estradas e fábricas, entre outros;
- c) efeito pirâmide etária: representa a proporção muito elevada de crianças e jovens em relação à população economicamente ativa, o que, de um lado, implica num alto coeficiente de dependente por trabalhador e, por outro, cria dificuldades de recursos materiais e humanos para a solução do problema educacional;

- d) o efeito emprego: corresponde ao problema da criação de empregos produtivos, especialmente quando a economia está usando tecnologia moderna, que absorve menos mão-de-obra, o que obriga a convivência de um setor moderno e outro retardatário, que acumule esse excedente;
- e) efeito distribuição de renda: se refere ao fato de que, geralmente, a explosão demográfica se dá nas classes mais pobres, o que, de um lado, agrava as desigualdades e, de outro, contribui para a oferta de mão-de-obra desqualificada.

Para mudar esse cenário, Simonsen acreditava que deveria haver planejamento familiar e, citando o então presidente Médici, caberia ao Estado não a imposição do controle de natalidade, mas sim “atingir a família por intermédio da educação” (SIMONSEN, 1972, p. 74). Como medidas necessárias para alcançar este objetivo têm-se:

[...] Em primeiro lugar é preciso que se reconheça oficialmente a gravidade do problema da explosão demográfica, o que até hoje não foi feito [...]. Em segundo lugar, cumpre criar postos de assistência e instrução sobre a matéria, e livrar os anticoncepcionais da semiclandestinidadade em que vivem. Por último, confiemos em que a técnica bioquímica rapidamente evoluirá no sentido da popularização dos anticoncepcionais mais práticos e acessíveis. (SIMONSEN, 1969, p. 289)

4.2.4 Distribuição de renda

O censo de 1970 revelou uma estrutura extremamente desigual de distribuição de renda entre a população economicamente ativa, mostrando, ainda, piora de resultados em relação ao censo de 1960. O quadro abaixo mostra com mais clareza essa situação. Em 1960, o coeficiente de Gini era de 0,50, enquanto que, em 1970, era de 0,57. Verifica-se, no entanto, que todas as camadas de renda tiveram aumento na mesma, que totalizou 34%. Com base nesses dados, Simonsen conclui que “os ricos ficaram cada vez mais ricos, embora não prevalecesse a contrapartida marxista de os pobres se tornarem cada vez mais pobres” (SIMONSEN, 1972, p. 185).

TABELA 3 - Distribuição da renda da população economicamente ativa e aumento percentual da renda *per capita*

Camada da população economicamente ativa	Percentagem da renda total		Aumento percentual da renda <i>per capita</i> : 1960/1970
	1960	1970	
10% mais pobres	1,17	1,11	27,1
10% seguintes	2,32	2,05	18,4
10% seguintes	3,42	2,97	16,4
10% seguintes	4,65	3,88	11,8
10% seguintes	6,15	4,90	6,8
10% seguintes	7,66	5,91	3,4
10% seguintes	9,41	7,37	5,0
10% seguintes	10,85	9,57	18,2
10% seguintes	14,69	14,45	31,8
10% mais ricos	39,66	47,49	61,5
5% mais ricos	27,69	34,86	68,7
1% mais ricos	12,11	14,57	61,5
40% mais pobres	11,56	10,01	16,0
40% seguintes	34,09	27,75	9,1
20% mais ricos	54,35	62,24	53,5
Total	100,00	100,00	34,0

Fonte: SIMONSEN, 1976e, p. 188-189 (adaptação).

Juntamente com os fatores políticos conturbados do decorrer da década de 1960, o autor atribui a concentração de renda a três fatores. O primeiro corresponde à queda dos salários reais provocados pela Lei 4.725, de julho/1965, que subestimava o resíduo inflacionário. O segundo se refere à disparidade entre os mercados de mão-de-obra qualificada e não-qualificada, que possuíam escassez e excesso de oferta, respectivamente, especialmente a partir de 1968. Por fim, verificou-se elevação dos lucros das empresas, no período do “Milagre”, que refletiu diretamente nos proventos das classes mais ricas. Não é descartada por Simonsen, ainda, a idéia de que a explosão demográfica também teve participação nesse processo de piora na distribuição de renda.

O que Simonsen ressalta, no entanto, é que em algumas fases do desenvolvimento econômico há agravamento nos índices de distribuição de renda, os quais somente serão superados na fase mais avançada do progresso, quando as disparidades individuais são reduzidas. São citados quatro fatores para sustentação dessa teoria:

[...] Em primeiro lugar porque os altos níveis de atividade provocam, nessa transição, em crescimento natural dos lucros em poder das empresas e, conseqüentemente, um aumento da renda dos empresários e administradores. Em segundo lugar porque há necessidade de certa concentração, a fim de transferir recursos daqueles mais propensos a consumir para aqueles mais propensos a poupar.

Em terceiro lugar porque a aceleração do crescimento provoca, como efeito de transição, uma diferenciação entre os mercados de mão-de-obra qualificada e não-qualificada, intensificando a demanda e os preços no primeiro deles. Em quarto lugar porque é necessário que o mercado estabeleça um prêmio para aqueles que mais sobressaem em termos de capacidade técnica e empresarial. [...] (SIMONSEN, 1972, p. 56)

Apesar dessas considerações, Simonsen aceita a hipótese de que o grau de concentração de renda no país era indesejável. Como saída para esse problema, no entanto, o autor se apresenta cauteloso. Sua opinião é de que a posição correta é a adotada pelo governo, a partir de 1964, “procurando melhorar indiretamente a distribuição de renda” (SIMONSEN, 1976e, p. 187). Dentre as medidas adotadas pela administração central que contribuem para a distribuição da riqueza estão: a extensão da rede educacional gratuita; os benefícios creditícios aos compradores de imóveis populares, às pequenas empresas e à agricultura familiar; a aposentadoria do trabalhador rural; e a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Programa de Integração Social (PIS). A primeira política está ligada à democratização das oportunidades e, as seguintes, à complementação das rendas individuais, por mecanismos de poupança forçada.

As demais alternativas, mais diretas, como a criação de políticas salariais mais generosas ou a cobrança de um imposto de renda mais progressivo, não trariam resultados satisfatórios. A primeira das opções teria como resultado a mutilação da capacidade de poupança, a aceleração inflacionária e a redução do crescimento do produto real. Já a segunda, traria como consequência a falta de incentivo ao setor empresarial investir.

4.2.5 Exportações

Um aspecto marcante do desenvolvimento brasileiro, no período entre as décadas de 1920 e 1970, foi o alto grau de introversão econômica. O país criou alto índice de integração industrial e passou a ter baixo coeficiente de dependência em relação aos produtos externos (o quadro a seguir demonstra tal situação). Como motivos para tal situação têm-se, por um lado, qualitativamente, o processo de substituição de importações, ou seja, o desenvolvimento e, por outro, quantitativamente, o descaso às exportações. Especificamente, Simonsen cita as seguintes razões para esta situação:

- a) a conjuntura mundial desfavorável ao comércio internacional, especialmente a Grande Depressão e a II Guerra Mundial, que levaram à convicção de que é bom ser auto-suficiente, desviando-nos das vantagens comparativas;
- b) a fixação da taxa de câmbio, desde o final da II Guerra Mundial, em níveis fortemente desestimulantes para as exportações, tendo como motivações

[...] A tendência a reprimir a inflação pelos sintomas, [...]; o temor de que uma desvalorização mais realista se tornasse a causa da alta interna dos preços dos produtos de exportação; o desejo de subsidiar as importações de matérias-primas e bens de capital; e a negligência com o endividamento externo desordenado, [...]. (SIMONSEN, 1969, p. 157)

- c) a tendência do país de explorar ao máximo as vantagens monopolistas de curto prazo, sem maiores preocupações com os efeitos de longo prazo desse tipo de política;
- d) o medo de exportar produtos de recursos do subsolo;
- e) o racionamento da exportação de certos produtos, por receio de que os mesmos fossem faltar internamente;
- f) resolução de conflitos do comércio internacional unilateralmente;
- g) o estilo de desenvolvimento, que fixava metas para auto-suficiência e nacionalização, sem se incomodar com o desempenho dos custos; e
- h) os entraves burocráticos e portuários.

A tabela a seguir ilustra o apontado alto grau de introversão econômica do país, no período entre 1920 e 1967:

TABELA 4 - Indicadores do comércio do Brasil com o exterior, entre 1920 e 1967
(Base dos índices: 1939 = 100)

ANO	Índices de quantidades		Índice de relação de trocas	Índice de capacidade de importar	Valores em bilhões de NCr\$ de 1939		Coeficiente de Importações (%)
	Importação	Exportação			Importação	PIB	
1920	90,6	55,2	118,8	65,7	4,4	21,3	20,7
1930	98,5	66,4	146,5	97,2	4,8	30,6	15,7
1940	86,2	81,1	93,5	75,8	4,2	48,1	8,7
1950	196,8	83,3	253,4	211,2	9,6	82,6	11,6
1960	243,2	86,2	209,3	180,4	11,9	144,8	8,2
1967	233,4	82,9	239,1	198,2	11,4	193,2	5,9

Fonte: SIMONSEN, 1969, p. 154-155 (adaptação).

A situação apresentada no passado, no entanto, dificilmente seria reproduzida no futuro. Tinha-se, dessa forma, como problema a enfrentar, o indispensável aumento das exportações, sob pena de as possibilidades de crescimento serem bloqueadas por dois motivos. O primeiro era a crença de que o país não poderia continuar diminuindo seu

coeficiente de importações. O segundo se referia ao fato de que, para absorver capitais estrangeiros, necessários ao processo de desenvolvimento, as vendas ao exterior são imprescindíveis.

De acordo com Simonsen (1976a), a evolução do coeficiente de importações depende de fatores como a tecnologia, os mercados e os recursos naturais. No entanto, sua redução será improvável, graças a fatores como: o “final” do processo de substituição de importações; nenhum país é auto-suficiente em termos de recursos naturais; a composição das nossas compras do exterior ser, basicamente, de máquinas e bens de capital, os quais somente podem ser fabricados em larga escala; e a média das nossas aquisições possuir demanda elástica em relação a renda, o que torna interessante certo esforço de substituição a fim de evitar que o coeficiente em questão aumente. O que se deve esperar, portanto, é uma elevação do coeficiente de importações ao longo do tempo, já que esta é a tendência do mercado mundial.

Simonsen (1976a) também considera que as exportações devem crescer para que seja possível ao país continuar atraindo capitais estrangeiros, de empréstimo e risco. Países em desenvolvimento são, geralmente, receptores de recursos, o que pode levar ao endividamento externo. Conforme esclarecimentos do capítulo 3.2, o crescimento das exportações é fator crucial para atender ao teste de solvência, segundo o qual a taxa de crescimento das exportações deve ser maior do que a taxa de juros internacional.

As providências indicadas pelo autor para que o crescimento não seja estancado pelo gargalo externo são, na verdade, os antônimos dos fatores que impediram o aumento do nível de exportações:

[...] A primeira condição para esse aumento de exportações é a manutenção de uma política cambial realista e a ampliação dos incentivos fiscais às vendas ao exterior [...]. A segunda está na melhoria dos serviços portuários, na desburocratização dos canais de comércio e no aumento da agressividade das vendas. A terceira consiste na revisão daqueles preconceitos, segundo os quais não é desejável exportar produtos primários, ou que as exportações se devam limitar aos excedentes não absorvidos pelo mercado interno. A quarta condição é a retificação da nossa estrutura industrial no sentido da melhoria da produtividade e do seu nivelamento aos índices de competitividade internacional, retificação essa lastreada no entendimento de que o aumento obsessivo dos índices de nacionalização muitas vezes conduz ao desperdício, e não à economia de divisas. (SIMONSEN, 1969, p. 289-290)

4.2.6 Estrutura da empresa

O processo de substituição de importações deu origem a uma estrutura de empresas concentrada nas mãos do governo e do capital privado internacional. Setores essenciais ao desenvolvimento do país, como energia elétrica, petróleo e siderurgia, são controlados pelo Estado. Indústrias de grande porte, como a automobilística, mecânica pesada e material elétrico estão sob o domínio dos investimentos estrangeiros. A grande empresa nacional age apenas no sistema financeiro, mas com concorrência dos bancos estatais. As demais esferas, como comércio, construção e indústria têxtil, são de predominância de empreendimentos nacionais, mas de menor porte.

A empresa privada nacional, dessa forma, vivia num processo de marginalização, decorrente da incessante necessidade de utilizar tecnologia, o que somente é possível, devido os custos, com economias de escala. Os caminhos que se colocavam diante dessa situação seriam, de acordo com Simonsen (1976e), a estatização ou a desnacionalização. Procurando por um diagnóstico a respeito da estagnação desse segmento, Simonsen (1972) investiga as consequências da inflação sobre o mesmo, bem como as influências das políticas econômicas artificiais e, ainda, da tradição da empresa familiar fechada.

A inflação teve efeitos tanto positivos quanto negativos sobre a empresa privada nacional. Os prejuízos advieram de três fatores. Inicialmente, a imprevisibilidade orçamentária, que resultou no abandono de projetos de investimento, especialmente com longos prazos de maturação. A alta de preços também levou os empresários a se iludirem com os lucros fictícios dos balanços. Por fim, a inflação lesou o setor pela política de controle de preços, por limitar a rentabilidade. As empresas também se beneficiaram da inflação. Várias delas foram favorecidas pelo crédito subsidiado, vindo especialmente dos bancos estatais. Deve-se considerar, ainda, a expansão do sistema financeiro, que se deu especialmente pelo alto diferencial entre captação e aplicação dos recursos.

As políticas econômicas artificiais, no auge do processo inflacionário, também trouxeram resultados distintos para as empresas. Aturam negativamente as práticas de controle de preços e a supervalorização do câmbio. Esta última, como já informado no quesito anterior, foi um dos motivos que levou à desmotivação das exportações. No entanto, um

grande número de empresas foi favorecido através dos juros reais negativos e da adoção de taxas de câmbio subsidiadas para a importação de máquinas e equipamentos.

Por fim, os problemas resultantes da sociedade familiar fechada. Uma conclusão superficial sobre a mesma seria a de que apenas o Estado e investidores estrangeiros possuem recursos para financiar empreendimentos. No entanto, “entre 1966 e 1969, de acordo com as contas nacionais da Fundação Getúlio Vargas, 75% da formação líquida de capital do Brasil foi financiada por poupanças privadas” (SIMONSEN, 1972, p. 118). Segundo o autor, o problema se encontra na falta de poder coesivo para utilizar esses recursos na formação de grandes empresas. É ressaltado, no entanto, que esse fenômeno não deve ser encarado como totalmente indesejável. Não há entraves para este tipo de formação onde as economias de escala são irrelevantes. Os obstáculos ao desenvolvimento se verificam onde há dinamismo tecnológico muito grande, exigindo produção em grande escala. Nessa situação, são apontadas como dificuldades: (a) a falta de competência do empresário, de personalidade individualista, de formar equipes ou treinar sucessores, tendo como resultado a decadência pelo envelhecimento dos métodos de administração; e (b) a limitação da taxa de expansão, por possuir recursos insuficientes para novos investimentos, o que acaba reduzindo ainda mais seus proventos, entrando num círculo vicioso⁸.

Os esforços do governo a partir de 1964, no sentido de incentivar fusões e formação de conglomerados, encontram duas barreiras: a aversão ao minoritarismo e a legislação fiscal e bancária. Os sócios minoritários, além de serem prejudicados por não poderem influir nas decisões, correm o risco de adquirir ações sem negociabilidade, cujos lucros são totalmente reinvestidos. Em relação à legislação, tem-se que a fiscal desincentiva a formação de holdings, enquanto que a bancária desestimula a integração de instituições financeiras em conglomerados.

Para enfrentar as dificuldades ao crescimento da empresa privada nacional, Simonsen (1972, p. 120), apresenta as seguintes propostas: “a melhoria dos métodos de administração; o apoio da política econômica à iniciativa privada e a ampliação das fusões e das aberturas de

⁸ Melhor esclarecido em Simonsen (1972, p. 119-120): “[...] Por definição, uma sociedade desse tipo só pode expandir por dois caminhos: ou pela reinversão de lucros, ou pelo endividamento. A relação dívida/patrimônio, no entanto, não pode se afastar muito de certos padrões normais. Assim, a longo prazo, a taxa de crescimento de uma empresa fechada se aproxima da sua taxa de lucros reinvestidos. Ocorre que a tecnologia, por vezes, dá saltos, identificando novas economias de escala e que recomendam um crescimento em escala muito maior.”

capital”. Em relação à primeira recomendação, o autor foca-se em três pontos: a distinção entre as figuras do capitalista e do administrador, o aumento quantitativo e qualitativo das faculdades de administração e a frequente reciclagem dos administradores. Sobre a influência da política econômica no setor, tem-se ênfase em dois aspectos: os privilégios concedidos pelo governo às empresas estatais, os quais devem ser vinculados à contraprestação de serviços de utilidade pública e de uso coletivo; e os controles de preços, os quais devem ser aplicados somente aos setores oligopólios, bem como não terem por objetivo combater a inflação pelos sintomas, gerando repressão dos preços. Por fim, o maior incentivo às fusões, bem como a abertura de capital, atuam principalmente na defesa dos sócios minoritários.

4.2.7 Inflação

Simonsen acreditava que o processo inflacionário no Brasil tinha como raiz sócio-política as tentativas de distribuir o produto nacional em partes cuja soma era superior ao todo. Essa interpretação também era aplicada aos países desenvolvidos em geral, onde a população, geralmente com baixo nível de renda *per capita*, teria o desejo de aumentar seu patamar de consumo. O governo, por sua vez, contribuía para a alta de preços por motivos diversos, como demagogia (os focos causais da inflação podem implicar em aumento da popularidade, como, por exemplo, o aumento de salários ou de despesas públicas) ou simplesmente descaso em relação ao fato de que, se aumentada a participação de um grupo no produto nacional, outro terá de diminuir sua parcela no mesmo.

No Brasil, pelo menos até a década de 1970, o processo inflacionário não foi capaz de impedir o crescimento, mas foi forte o suficiente para gerar distorções na economia, especialmente o “desperdício de fatores e o sacrifício da população” (SIMONSEN, 1972, p. 130). A seguir, são listados os efeitos negativos da inflação sobre o processo de desenvolvimento econômico, especialmente até 1964:

- a) a instabilidade e a desordem salarial, pela heterogeneidade das taxas de reajuste;
- b) o desinteresse nos investimentos em serviços de utilidade pública, os quais costumam ser remunerados a partir dos custos históricos de instalação;
- c) o desincentivo às exportações e o déficit no balanço de pagamentos, como resultado do atraso sistemático das taxas de câmbio em relação aos preços internos;
- d) o desinteresse do público pelos títulos de renda fixa, em geral, e pelos do Governo, em

particular, dada a insuficiência da taxa de juros diante da perda de poder aquisitivo da moeda; e) o desinteresse pela aquisição de imóveis para aluguéis sujeitos a congelamentos ou semicongelamentos; f) a atrofia da oferta de crédito a longo prazo, em geral e de hipotecas, em particular, como consequência de uma taxa real negativa de juros; g) a ilusão de lucro nas empresas, devido ao cálculos de depreciações pelos custos históricos e devido à absorção de ganhos nominais na reposição do capital de giro; h) a injustiça do sistema tributário que passa a tributar ganhos ilusórios; i) o prêmio aos maus contribuintes que se atrasam nos impostos para pagá-los em moeda desvalorizada. (SIMONSEN, 1972, p. 90)

Após 1964, através das medidas implantadas pelo PAEG como a correção monetária, fórmula de reajustes salariais e câmbio “real”, esses efeitos negativos foram neutralizados, permitindo a convivência pacífica com a inflação. Essas políticas, no entanto, trouxeram como consequência a realimentação inflacionária, que se constituiu num dos mais sérios aspectos da resistência ao controle inflacionário.

A coexistência entre inflação e desenvolvimento levou alguns pensadores a admitirem que a mesma seria desejável, ou mesmo necessária para uma política de progresso econômico. Simonsen chama essas teorias de “teses inflacionistas”, quais sejam, da ilusão criativa, da poupança forçada e do estruturalismo. Sua crítica em relação a todas se refere à falta de cientificidade nas suas exposições. Particularmente em relação à ilusão criativa, o autor centra sua crítica no fato de que a mesma apenas via os benefícios do que se faz à custa da inflação, não enxergando os males que a mesma causa. Por exemplo, apontam uma obra pública como financiada por déficit orçamentário, aceitando, dessa forma, com simpatia o processo inflacionário.

A tese da poupança forçada teria como hipótese a transferência de renda real dos assalariados para os empresários e para o governo, resultante do atraso dos reajustes salariais em relação à alta geral de preços. Dado que os agentes que captam a renda real são mais propensos a poupar, a taxa de poupança seria reforçada e, assim, o desenvolvimento de uma nação com baixa renda *per capita* seria acelerado. Simonsen ressalta, no entanto, que essa idéia pode ser considerada apenas ao início do processo inflacionário, quando o mesmo é considerado inesperado. Quando a inflação se torna crônica, o aumento dos preços é incorporado às expectativas dos agentes, dando fim à poupança forçada, pois os reajustes salariais passam a considerar a inflação futura.

Já a tese estruturalista tem como ponto central o fato de que “o crescimento econômico provoca alterações no sistema de preços relativos, em virtude das transformações estruturais

impostas ao sistema econômico” (SIMONSEN, 1969, p. 148). Como os preços são rígidos para baixo, não há como reduzi-los em alguns setores para compensar a alta em outros. Assim, a alta de preços é geral. A crítica do autor a essa teoria se centra, inicialmente, na ausência de quantificação sobre qual é a taxa de inflação decorrente das mudanças estruturais. Segundo, a redução dos preços não pode ser considerada absoluta, visto que, com aumento da produtividade, as mutações da economia levariam à queda dos preços, decorrente da produtividade. Por fim, essa tese explicaria apenas uma leve inflação, e não o processo crônico que se verificou no Brasil.

A fim de verificar se realmente a inflação favoreceu o desenvolvimento do país, Simonsen (1969, p. 313-317) apresenta testes empíricos, apurando a correlação entre as variáveis inflação e crescimento do produto real, inflação e investimentos e, ainda, inflação e poupança forçada. Todos os resultados apontam coeficientes de regressão não-significativos. Ou seja, “não há evidência empírica de que a inflação brasileira tenha contribuído sistematicamente para a melhoria dos índices de crescimento a curto prazo – e muito menos, portanto, para a aceleração do desenvolvimento a longo prazo”.

4.2.8 Racionalidade econômica e administrativa

O último desafio do desenvolvimento corresponde, na verdade, a um subcapítulo do problema educacional, qual seja, a aplicação de racionalidade econômica e administrativa pelos políticos. Um dos maiores obstáculos ao crescimento, segundo Simonsen, são os equívocos cometidos na formulação da política econômica. O autor não se refere aos erros decorrentes de eventos inesperados, mas aos decorrentes do desconhecimento das causas dos problemas e dos efeitos das atitudes tomadas.

O desapego à análise econômica é explicado pelo autor por dois fatores, os quais estão embutidos na formação cultural do país. O primeiro deles decorre dos métodos de administração utilizados até então. Segundo Simonsen (1969), fomos dirigidos por elites burocráticas, que ligavam o empresário à figura de mascate. Esse aspecto nos levou à incompreensão do lucro, bem como à descrença nos mecanismos de mercado. Utilizamos em excesso os controles diretos e, ainda, tínhamos a idéia de que o Estado pode criar recursos. O

segundo fator corresponde à nossa cultura, sempre mais romântica do que científica, o que resultou no nacionalismo exagerado e no ufanismo demográfico, dentre outras consequências.

Ou seja, Simonsen considera a racionalidade econômica e administrativa indispensável ao desenvolvimento e atribui à falta dos mesmos a maioria dos problemas brasileiros:

[...] Infelizmente nem temos a tradição de pensar a longo prazo nem a de raciocinar pragmaticamente nas questões econômicas. A estreiteza dos horizontes de programação nos levou à perda dos mercados externos pela valorização artificial dos produtos, ao excessivo apego à inflação desenvolvimentista e ao endividamento internacional desordenado, e a uma industrialização quantitativamente brilhante, mas em muitos casos mal dimensionada e excessivamente onerosa. A falta de pragmatismo levou-nos ao desperdício de inúmeras oportunidades de crescimento e ao caos da produção e da moeda por volta de 1963. Ao mesmo tempo ressentimo-nos da falta dos quadros administrativos indispensáveis à boa execução de um programa de desenvolvimento. Isso é verdade no setor privado, onde seria necessário refinar os métodos de decisão dos empresários, e particularmente no setor público, que peca pela excessiva centralização, pelo inútil desperdício burocrático, pela aversão à responsabilidade, e pela mais volúvel descontinuidade das equipes dirigentes. (SIMONSEN, 1969, p. 290)

Deve-se considerar, ainda, que não pode existir conflito entre a racionalidade individual e a racionalidade coletiva, sob pena de que as organizações e instituições não funcionem a contento.

4.3 PREVISÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO NO ANO 2000

Considerando que os escritos de Simonsen a respeito do desenvolvimento brasileiro tiveram como ponto de partida as projeções especulativas do *Hudson Institute* a respeito da renda *per capita* dos países no ano de 2000, são apresentadas, neste tópico, tais valores, bem como os estimados pelo autor. Para fins de comparação, são apresentados os efetivos dados verificados no ano 2000.

4.3.1 Previsões do Hudson Institute

Inicialmente, cabe destacar que as projeções em questão se basearam somente nas estimativas das variáveis produto nacional bruto e população, de forma independente. Outros fatores de crescimento econômico, como taxa de formação de capital, progresso tecnológico e limites do comércio exterior não foram destacados na análise, ficando implicitamente incorporados às taxas de crescimento do produto real.

De acordo com os dados do *Hudson Institute* (SIMONSEN, 1969, p. 12), no ano de 1965, a renda *per capita* do Brasil se apresentava em US\$ 280 e, a dos Estados Unidos, em US\$ 3.557. Ou seja, a relação entre as rendas americana e brasileira era da ordem de 12,7:1. O Banco Mundial (2010)⁹ informa valores de US\$ 270 para o Brasil e de US\$ 3.670 para os Estados Unidos, sendo a relação entre as rendas de 13,6:1.

Para o Brasil, o estudo considerou uma média de crescimento populacional de 3,1% ao ano, até 1975, de 2,9% ao ano daí em diante até 1985 e de 2,4% ao ano no período seguinte. Já em relação ao crescimento do produto real, foi visualizada uma média de 4,5% ao ano. Simonsen (1969, p. 31) considera, no entanto, que as “projeções demográficas extrapolam plausivelmente os resultados dos últimos censos, com a hipótese complementar de que o desenvolvimento contenha levemente as taxas de natalidade”. A taxa de crescimento do produto real foi, no entanto, de acordo com o autor, subdimensionada, já que se apresenta menor do que a média registrada desde 1920, bem como ao período do pós-guerra.

As projeções do *Hudson Institute* indicavam que, para o ano 2000, o Brasil possuiria uma renda *per capita* de US\$ 506 e, os Estados Unidos, de US\$ 10.160. Assim, a relação entre as rendas, agora de 20 para 1, haveria crescido consideravelmente, indicando empobrecimento relativo do nosso país.

⁹ Série “GNI *per capita* - Atlas method (current US\$)”.

4.3.2 Previsões de Simonsen

Simonsen (1969, p. 265) afirma que era possível ao país chegar ao ano 2000 com uma renda *per capita* de US\$ 800, considerando esforços normais de desenvolvimento. Considerando, no entanto, variações nas taxas de crescimento da população e do produto real utilizadas pelo *Hudson Intitute*, Simonsen (1969, p. 32-33) chega aos seguintes valores:

Caso 1: variando a taxa de crescimento populacional (3,1% ao ano entre 1965 e 1970, 2,0% ao ano entre 1970 e 1980 e 1,0% ao ano no período seguinte):

TABELA 5 - Projeções para o ano 2000

Taxa de crescimento do produto real (% ao ano)	Produto total (bilhões de US\$ de 1965)	População (milhões de habitantes)	Renda <i>per capita</i> (US\$ de 1965)
4,5	107,4	142,4	754
5,0	126,9	142,4	891
5,5	149,8	142,4	1.052
6,0	176,8	142,4	1.242
6,5	208,4	142,4	1.463
7,0	245,6	142,4	1.725

Fonte: SIMONSEN, 1969, p. 33.

Caso 2: variando a taxa de crescimento do produto real:

TABELA 6 - Projeções para o ano 2000

Taxa de crescimento do produto real (% ao ano)	Produto total (bilhões de US\$ de 1965)	População (milhões de habitantes)	Renda <i>per capita</i> (US\$ de 1965)
4,5	107,4	212,1	506
5,0	126,9	212,1	598
5,5	149,8	212,1	706
6,0	176,8	212,1	834
6,5	208,4	212,1	983
7,0	245,6	212,1	1.158

Fonte: SIMONSEN, 1969, p. 32.

4.3.3 Constatações

Os dados do Banco Mundial (2010) permitem verificar, em 2000, uma renda *per capita* de US\$ 3.870 para o Brasil (aumento de 14,3 vezes) e de US\$ 34.410 para os Estados Unidos (aumento de 9,4 vezes). Assim, a relação entre as rendas passou de 13,6:1 para 8,9:1.

Na realidade, houve enriquecimento relativo do Brasil em relação aos Estados Unidos. A renda do nosso país aumentou 7,9 vezes mais que o previsto, enquanto que, a renda dos norte-americanos, 3,3 vezes.

O produto nacional bruto do Brasil, de acordo com o Banco Mundial (2010), teve aumento médio de 10,2% ao ano, bem acima das estimativas, tanto de Simonsen quanto do *Hudson Institute*. Já a população, de acordo com o IPEA¹⁰, teve crescimento médio de 2,82% ao ano entre 1965 e 1970, 2,47% ao ano entre 1970 e 1980 e 1,88% ao ano no período seguinte, dados também não compatíveis com as estimativas consideradas.

Contribuíram para esses resultados o enfrentamento a alguns dos desafios apresentados por Simonsen, como o controle da inflação, a diminuição do crescimento demográfico, o aumento da poupança interna por parte do setor privado¹¹, o maior grau de abertura da economia, que resultou no aumento da produtividade e uso de tecnologia, bem como na maior racionalidade econômica e administrativa por parte do setor privado.

¹⁰ De acordo com a série “População residente – 1º de julho”.

¹¹ A formação bruta de capital fixo por parte do governo era, em 1965, de 9,2% do PIB, enquanto que, de acordo com o IPEA (2010), no ano de 2000 essa proporção era de apenas 2,51% e, no ano de 2009, 4,38%. No entanto, a FBCF não melhorou em relação aos níveis verificados nas décadas de 1960 e 1970, de acordo com os dados do IBGE (série “Taxa de investimento”) - média de 16,09% na década de 1960 e de 21,39% na década de 1970, contra uma média de 16,29% no período de 2000 a 2006.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado nesse trabalho em relação à literatura de Mário Henrique Simonsen permite defender a hipótese da impossibilidade de poder classificá-la como pertencente a uma única corrente teórica. Essa observação também é respaldada pelas interpretações dos autores que escreveram sobre Simonsen, pois alguns o classificam como keynesiano enquanto outros o consideram monetarista. Campos (1998) denomina-o como um “matemático humanista”.

Na linha neoclássica, Simonsen tinha posições como a defesa de uma participação limitada do Estado na economia, bem como o equilíbrio fiscal e monetário. Também apoiava o estímulo ao ingresso de capitais estrangeiros no país; a eliminação da inflação; a distribuição de renda de forma indireta, ou seja, mediante o aumento da produtividade do trabalho; o aumento da poupança interna para financiar investimentos; e o entendimento de que o desenvolvimento econômico se dá, necessariamente, pelo aumento da renda per capita.

No entanto, ao considerar a estratégia de substituição de importações como a única possível para garantir o crescimento, dada a baixa elasticidade da pauta de exportações brasileira, Simonsen se afasta dos neoclássicos. Esse afastamento também é constatado no seu diagnóstico a respeito da inflação brasileira, que envolve outros aspectos além da emissão descontrolada de moeda, assim como nos mecanismos para combatê-la, os quais incluem políticas de renda (controle de preços).

Especificamente em relação ao desenvolvimento econômico, deve-se, inicialmente, levar em consideração o contexto no qual o autor escrevia. Até o final do governo Geisel, especialmente, o Estado era um agente econômico ativo, implantando políticas de industrialização, mediante o endividamento externo e o protecionismo à grande indústria nacional. A proteção estatal e os altos fluxos financeiros levaram ao descaso a questão da racionalidade administrativa. Além disso, a economia e a cultura passavam por uma época de transição. Até 1929, a economia era voltada à exportação do café, principalmente, e a cultura ainda se identificava com o período imperial. Dessa forma, a indústria era muito fraca, com baixa tecnologia, e a educação voltava-se para as classes mais ricas, resultando, a partir de 1930, em uma produção com pouca produtividade. A migração da população do campo para a

cidade não era planejada, o que resultou numa expansão desordenada das cidades, com baixa infra-estrutura e, ainda, explosão populacional.

Nesse contexto, foram consistentes os apontamentos de Simonsen para evitar a constatação das previsões do *Hudson Institute*. Além disso, o autor não apresentou apenas os desafios a serem enfrentados, mas também respostas para os mesmos.

De modo geral, alguns dos problemas elencados por Simonsen como entraves ao desenvolvimento ainda permanecem, como a melhora na qualidade da educação e a necessidade de aumentar o acesso a cursos superiores e técnicos, a utilização de maior racionalidade econômica e administrativa no serviço público, bem como a necessidade do fortalecimento da poupança interna (especialmente por parte do setor público), e de uma melhor distribuição de renda¹². Por outro lado, não mais existem preocupações com o crescimento demográfico, a inflação está devidamente identificada e possui mecanismos eficientes para contê-la, as empresas nacionais dispõem de possibilidades de crescimento, bem como o grau de abertura da economia cresceu consideravelmente, com incremento no coeficiente de importações. No entanto, outros desafios se apresentam, como a violência urbana, o envelhecimento da população e o sistema de previdência, o sistema de saúde, a corrupção, o meio ambiente e a carência de infra-estrutura para aumento da produção.

O processo de desenvolvimento brasileiro poderia ser mais consistente, a partir de 1965, se fosse eliminado um problema em especial indicado por Simonsen, qual seja, a falta de racionalidade econômica e administrativa. Esse aspecto fez com que os governos não desenvolvessem estratégias capazes de se consubstanciar em propostas de longo prazo, vislumbrando apenas o processo eleitoral. No futuro, no entanto, com o aprofundamento da democracia, talvez esse quadro seja alterado com maior fiscalização e controle dos cidadãos com relação aos governantes por eles eleitos.

¹² O coeficiente de Gini, em 1960, era de 0,50; em 1979, de 0,57; em 2008 se apresenta em 0,548, de acordo com os dados do IPEA (série Renda – desigualdade – coeficiente de Gini).

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Fernando de Holanda. A contribuição acadêmica de Mário Henrique Simonsen. *Revista de Econometria*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 115-130, mai/1997.

BANCO MUNDIAL. *World Development Indicators & Global Development Finance*. 2010. Disponível em <<http://databank.worldbank.org/ddp/home.do?Step=1&id=4>> Acesso em: 21 mai. 2010.

BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; REGO, José Márcio. *Conversas com economistas brasileiros*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1997.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BORGES, Maria Angélica. Gudin: Neoliberalismo versus Inserção Internacional do Brasil. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 3, p. 31-58, 1997.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Márcio. Um mestre na economia brasileira: Ignácio Rangel. In: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Márcio (orgs.). *O pensamento de Ignácio Rangel*. São Paulo: Editora 34, 1998.

CAMPOS, Roberto. Mario Simonsen, um matemático humanista. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 52, n. especial, p. 09-14, fev/1998.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Política de rendas: ganhos e perdas da intervenção no sistema de preços. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 297-328, set/dez-1995.

CYSNE, Rubens Penha. Comentários sobre a defesa da concorrência na Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 52, n. especial, p. 147-160, fev/1998.

IANNONE, Roberto Antonio. Pensamento econômico brasileiro. In: BRUE, Stanley L. *História do pensamento econômico*. 6. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

IBGE. Taxa de investimento. *Séries estatísticas e séries históricas*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/index.php>. Acesso em 21 mai. 2010.

IPEA. Formação bruta de capital fixo e investimento público no novo ciclo de crescimento do Brasil. *Conjuntura em foco*. Brasília, n. 7, p. 1-3, abr-2010.

IPEA. *População residente – 1º de julho*. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 21 mai. 2010.

IPEA. *Renda – desigualdade – coeficiente de Gini*. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 21 mai. 2010.

SACHS, Ignacy. Um projeto nacional para o Brasil: a construção do mercado nacional como motor do desenvolvimento. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Márcio (orgs.). *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Editora 34, 2001.

RAMALHO, Valdir. Simonsen: pioneiro da visão inercial da inflação. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 223-238, jan/mar-2003.

RONCI, Márcio. Contribuição de Simonsen à economia política brasileira. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, v. 52, n.º especial, p. 137-145, fev/1998.

SIMONSEN, Mário Henrique. *A experiência inflacionária no Brasil*. Rio de Janeiro: IPÊS, 1964.

_____. A imaginação reformista. In: SIMONSEN, Mário Henrique; CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A nova economia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976c. Cap. 6, p. 119-150.

_____. A Inflação Brasileira: Lições e Perspectivas. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 015-030, out/dez-1985.

_____. A política antiinflacionária. In: SIMONSEN, Mário Henrique; CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A nova economia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976b. Cap. 5, p. 79-118.

_____. *Brasil 2001*. 3. ed. Rio de Janeiro: Apec, 1969.

_____. *Brasil 2002*. Rio de Janeiro: Apec, 1972.

_____. *Dinâmica Macroeconômica*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

_____. *Formas criativas no desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: APEC, 1975.

_____. *Inflação: gradualismo x tratamento de choque*. Rio de Janeiro: Apec, 1970.

_____. Keynes versus expectativas racionais. *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 251-262, ago/1986.

_____. Monopólio em questão. In: SARMENTO, Carlos Eduardo; WERLANG, Sérgio Ribeiro da Costa, ALBERTI, Verena. *Mário Henrique Simonsen: Textos escolhidos*. Rio de Janeiro: FGV, 2002a, p. 413-415.

_____. O Cade atrapalha. In: SARMENTO, Carlos Eduardo; WERLANG, Sérgio Ribeiro da Costa, ALBERTI, Verena. *Mário Henrique Simonsen: Textos escolhidos*. Rio de Janeiro: FGV, 2002b, p. 435-437.

_____. O esforço educacional. In: SIMONSEN, Mário Henrique; CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A nova economia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976d, p. 151-174.

_____. O modelo brasileiro de desenvolvimento. In: SIMONSEN, Mário Henrique; CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A nova economia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976a, p. 1-22.

_____. Os desafios do desenvolvimento. In: SIMONSEN, Mário Henrique; CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A nova economia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976e, p. 175-22.

_____. Os rumos da dívida externa. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 93-99, mar-1984.

_____. *30 anos de indexação*. Rio de Janeiro: FGV, 1995.

SIMONSEN, Mário Henrique; CYSNE, Rubens Penha. *Macroeconomia*. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1989.

SOUZA, Nali de Jesus. *Pensamento Econômico Brasileiro*. 2005. Disponível em <http://www.nalijosouza.web.br.com/pensa_econ_brasil.pdf> Acesso em: 10 nov. 2009.

WERLANG, Sérgio Ribeiro da Costa. Simonsen, inflação, expectativas racionais e os pós-keynesianos. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 52, n. especial, p. 161-166, fev/1998.